

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
FACULDADE DE BIBLIOTECONOMIA E COMUNICAÇÃO  
DEPARTAMENTO DE COMUNICAÇÃO  
CURSO DE JORNALISMO

MARIA EDUARDA ROMAGNA

**O DISCURSO DO JORNAL *O JOIO E O TRIGO* SOBRE  
FOME E INSEGURANÇA ALIMENTAR**

PORTO ALEGRE

2023

MARIA EDUARDA ROMAGNA

**O DISCURSO DO JORNAL *O JOIO E O TRIGO* SOBRE  
FOME E INSEGURANÇA ALIMENTAR**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Faculdade de Biblioteconomia e Jornalismo, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharela em Jornalismo.

**Orientadora:** Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Marcia Benetti

PORTO ALEGRE

2023



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
FACULDADE DE BIBLIOTECONOMIA E COMUNICAÇÃO

## AUTORIZAÇÃO

Autorizo o encaminhamento para avaliação e defesa pública do TCC (Trabalho de Conclusão de Curso) intitulado “**O discurso do jornal O Joio e o Trigo sobre fome e insegurança alimentar**”, de autoria de **Maria Eduarda Romagna**, estudante do curso de Jornalismo, desenvolvido sob minha orientação.

Porto Alegre, 20 de março de 2023.

Marcia Benetti

MARIA EDUARDA ROMAGNA

**O DISCURSO DO JORNAL *O JOIO E O TRIGO* SOBRE  
FOME E INSEGURANÇA ALIMENTAR**

Trabalho de Conclusão de Curso  
apresentado à Faculdade de  
Biblioteconomia e Jornalismo, da  
Universidade Federal do Rio Grande do  
Sul como requisito parcial para a  
obtenção do título de Bacharela em  
Jornalismo.

**Orientadora:** Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Marcia Benetti

Aprovado em:

BANCA EXAMINADORA

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Marcia Benetti

Orientadora

---

Prof. Dr. Basilio Alberto Sartor

Examinador

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Gisele Dotto Reginato

Examinadora

## AGRADECIMENTOS

Não poderia ser mais grata por tudo que me proporcionou estar aqui, hoje.

Aos meus pais, Rejane e Alexandre, por todo o apoio, por nunca deixarem de acreditar em mim, por todas as vezes que, mesmo a 100 quilômetros de mim, me acolheram, por celebrarem comigo quem eu sou, sem tirar nem pôr. Pai, pelo companheirismo, por todas as músicas do Pink Floyd que tu me fizestes ouvir quando eu era pequena (e grande). Mãe, por me ensinar que estudar valeria a pena, por todos os livros, por todas as matrículas em cursos de informática. Alice, sempre minha bebê, obrigada por ter a cabeça que tu tens, te amo e tenho muito orgulho de quem tu te tornas a cada dia. Ao Ozzy e ao Snow, obrigada por serem os gatinhos mais fofos do mundo.

À Giúlia, meu amor. Sem tua ajuda, definitivamente este trabalho não teria sido finalizado. Obrigada por todos os dias e por aceitar viver comigo. Te amo e amo a nossa vida. Obrigada, ainda, pela Robin e pelo Harry, outros gatinhos muito fofos.

Aos meus melhores amigos, Rafaela e Arthur. Essa jornada valeu a pena só por ter conhecido vocês. Em cinco anos, estar com vocês foi o que, muitas vezes, me motivou a continuar, nós dividimos tanto. Não trocaria o que nós temos por nada nesse mundo. Vocês vão longe, espero estar sempre perto para aplaudir. O “Café Tu™” é meu porto seguro, vocês sabem disso.

À minha família da Fabico, em especial a minha madrinha, Mariana, e a minha afilhada, Maria. Vocês sempre estiveram disponíveis para tanta coisa, principalmente esses últimos meses, não conseguiria estar aqui sem vocês.

Ao Sul21, por acreditar no meu potencial como repórter e me proporcionar aprender tanto, obrigada. À minha orientadora, Marcia, por me guiar até esse momento e acolher minhas dificuldades, obrigada. Ao meu eterno professor, Flávio Porcello, onde quer que tu estejas agora, obrigada.

À educação pública, gratuita e de qualidade.

*“Tener hambre es como tenazas,  
es como muerden los cangrejos,  
quema, quema y no tiene fuego:  
el hambre es un incendio frío.”*

Pablo Neruda

## RESUMO

Esta pesquisa tem como objetivo geral analisar o discurso do jornal nativo-digital independente *O Joio e O Trigo* sobre a fome e a insegurança alimentar no Brasil. Os objetivos específicos são identificar os sentidos construídos pelo veículo sobre as causas da fome e as soluções para enfrentá-la e o espaço dado às experiências cotidianas dos sujeitos afetados pela fome no discurso jornalístico, buscando compreender as suas perspectivas. Para realizar esses objetivos, como metodologia de pesquisa usamos a Análise do Discurso (AD) para pensar acerca da linguagem e dos sentidos produzidos pelo jornalismo no contexto sócio-histórico do aumento da fome no Brasil. O corpus desta pesquisa é formado por 21 textos publicados entre 7 de fevereiro e 17 de novembro de 2022. Duas formações discursivas norteiam a análise como os principais sentidos identificados nos textos: “A fome como um problema político” e “A fome como experiência cotidiana”.

**Palavras-chave:** jornalismo independente; discurso; fome; insegurança alimentar; O Joio e O Trigo.

## ABSTRACT

This research primarily aims to analyze the independent and digital-native newspaper *O Joio e O Trigo*'s speech about hunger and food insecurity in Brazil. The specific goals are to identify the meanings constructed by it about the causes of hunger and the solutions to face it and also to analyze the space given to the daily experiences lived by the people who are affected by hunger in the journalistic speech, aiming to understand their perspectives. In order to achieve these goals, we utilize the Speech Analysis research method as a way to think about the language and the meanings produced by the journalistic speech in the social-economic context of the hunger increase in Brazil. This research corpus is constituted by 21 articles published between february 7 and november 17 of 2022. Three discursive formations guide the analysis as the key meanings identified: "Hunger causes", "Hunger solutions" and "Perspective of the ones affected by hunger".

**Key-words:** independent journalism; speech; hunger; food insecurity; *O Joio e O Trigo*.



## LISTA DE FIGURAS

<b>Figura 1</b> — Página inicial do website <a href="http://ojoioetrigo.com.br">ojoioetrigo.com.br</a> .....	39
<b>Figura 2</b> — Área de divulgação do podcast no website <a href="http://ojoioetrigo.com.br">ojoioetrigo.com.br</a> .....	40
<b>Figura 3</b> — Apresentação do programa de financiamento “Sementeira” .....	42
<b>Figura 4</b> — Perfil do Joio no Instagram .....	43
<b>Figura 5</b> — Perfil do Joio no Twitter.....	43
<b>Figura 6</b> — Gráfico de distribuição de matérias por editoria .....	47

## LISTA DE QUADROS

<b>Quadro 1</b> — Pontos de corte segundo nível de insegurança alimentar .....	16
<b>Quadro 2</b> — Corpus da análise.....	47

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO</b> .....	11
<b>2 A FOME NO BRASIL</b> .....	13
2.1 INSEGURANÇA ALIMENTAR .....	13
2.2 POLÍTICAS PÚBLICAS DE COMBATE À FOME: DE COLLOR A BOLSONARO .....	18
<b>3 O JORNALISMO INDEPENDENTE</b> .....	29
3.1 JORNALISMO INDEPENDENTE E ALTERNATIVO .....	29
3.2 O CARÁTER INVESTIGATIVO .....	35
3.3 O JOIO E O TRIGO .....	38
<b>4 ANÁLISE</b> .....	44
4.1 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS .....	44
4.1.1 Corpus .....	46
4.2 ANÁLISE .....	49
4.2.1 A fome como um problema político .....	49
4.2.2 A fome como experiência cotidiana .....	57
<b>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	62
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	65
<b>ANEXO A — Corpus da análise</b> .....	69

## 1 INTRODUÇÃO

O Artigo 6º da Constituição Federal define como direitos sociais a educação, a saúde, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados e a alimentação. Ainda assim, milhares passam fome no Brasil.

Em 2022, voltamos ao Mapa da Fome da Organização das Nações Unidas (ONU) após oito anos fora da lista de países em situação de extrema pobreza e fome. Em 2014, inclusive, a Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO) havia considerado o Brasil um exemplo a ser seguido.

Foi essa instabilidade ligeiramente repentina que motivou este trabalho. Há um interesse pessoal da autora em estudar a fome a partir de uma indignação frente à injustiça social. Em um movimento de procura de alguma lógica nessa mudança, surgiu o interesse em compreender como o jornalismo pode narrar os acontecimentos e, simultaneamente, enfrentar uma realidade de tamanha gravidade.

Esta pesquisa tem como **objetivo geral** analisar o discurso do jornal nativo-digital independente *O Joio e O Trigo* sobre a fome e a insegurança alimentar no Brasil. Como **objetivos específicos** visamos identificar os sentidos construídos pelo veículo sobre as causas da fome e as soluções para enfrentá-la. Ainda, visamos analisar o espaço dado às experiências cotidianas dos sujeitos afetados pela fome no discurso jornalístico, buscando compreender as suas perspectivas.

Como metodologia de pesquisa, usaremos a base da Análise do Discurso para pensar acerca da linguagem e dos sentidos produzidos por ela no contexto sócio-histórico indicado. Com um corpus formado por 21 textos publicados em 2022, identificaremos sentidos substanciais do discurso sobre a fome e as marcas que os evidenciam na linguagem utilizada pelo *Joio*. Verificaremos, ainda, como tal discurso se relaciona com a realidade.

No segundo capítulo deste trabalho, nos aprofundamos nas significações práticas, teóricas e históricas da fome e da insegurança alimentar, para, assim como determina a Análise do Discurso, compreender os discursos que atravessam o discurso jornalístico. Em suma, elencamos os critérios que definem aquilo que chamamos de fome, expressos por convenções internacionais e a interpretação

sociológica do problema gerado por ela, segundo Josué de Castro, pioneiro no estudo do tema no Brasil. Ainda, discorremos sobre o debate político em torno dela e as ações tomadas por todos os governos federais desde a redemocratização do país.

Já no terceiro capítulo, discutimos as definições do jornalismo independente e alternativo, a partir dos conceitos de Carvalho e Bronosky (2017), Silva (2017), Silva e Christofolletti (2018), Kucinski (2001) e Oliveira (2019). Também abordamos as finalidades do jornalismo fundamentadas nos sujeitos da comunicação, como desenvolve Reginato (2019). Conjuntamente, refletimos sobre o caráter investigativo da prática jornalística como maneira de esclarecer informações veladas, no entendimento de Melo (2015) e Nascimento (2010). Também expomos as classificações de reportagens investigativas apoiadas no trabalho de Kovach e Rosenstiel (2003). Ainda no terceiro capítulo, apresentamos o veículo cujas matérias analisamos, o *Joio*, quais suas origens, como ele se organiza financeira e editorialmente e quais são seus principais produtos.

No quarto capítulo partimos para a análise, primeiramente explicando o método de pesquisa a partir das teorias de Orlandi (2015) e Benetti (2016). Em sequência, apresentamos o corpus e iniciamos a análise com a exposição dos dois sentidos principais encontrados: “A fome como um problema político” e “A fome como experiência cotidiana”, presentes em sequências discursivas ao longo do corpus. Por fim, relatamos os resultados desta análise, os sentidos, as marcas do discurso do *Joio* e os destaques identificados.

## 2 A FOME NO BRASIL

Neste capítulo, organizamos perspectivas históricas, políticas e científicas para conceituar o que é a fome, como ela afetou e afeta o Brasil, quais abordagens foram postas em prática para combater o problema desde a redemocratização e como essa questão permeia o debate político.

### 2.1 INSEGURANÇA ALIMENTAR

A FAO define a fome como uma sensação física desconfortável ou dolorosa causada pelo consumo insuficiente de energia necessária na dieta humana. “Torna-se crônica quando a pessoa não consome regularmente uma quantidade suficiente de calorias para levar uma vida normal, ativa e saudável” (FAO, 2022, tradução nossa<sup>1</sup>). A fome é uma condição fisiológica decorrente da escassez de alimentos, enquanto a insegurança alimentar é uma condição social decorrente da falta de acesso a alimentos nutritivos e suficientes.

Uma pessoa está em *estado de insegurança alimentar* quando não tem acesso regular a alimentos seguros e nutritivos suficientes para o crescimento e desenvolvimento normais e uma vida ativa e saudável. Isso pode acontecer devido à indisponibilidade de alimentos e/ou à falta de recursos para obter alimentos. Crianças que enfrentam insegurança alimentar podem ter um risco maior de sobrepeso, obesidade e doenças crônicas como diabetes. “Em muitos países, a desnutrição e a obesidade coexistem e ambas podem ser consequências da insegurança alimentar” (FAO, 2022, tradução nossa<sup>2</sup>).

Os “Objetivos do Desenvolvimento do Milênio”, metas definidas pela ONU em uma reunião da “Cúpula do Milênio”, em setembro de 2000, foram formados através de um pacto para eliminar a fome e a extrema pobreza até 2015. O pacto foi assinado por 191 países, entre eles o Brasil. As “Oito Metas do Milênio” estabelecidas foram:

---

<sup>1</sup> “It becomes chronic when the person does not consume a sufficient amount of calories (dietary energy) on a regular basis to lead a normal, active and healthy life.”

<sup>2</sup> “In many countries, undernutrition and obesity coexist and both can be consequences of food insecurity.”

1) Erradicar a pobreza extrema e a fome; 2) Atingir o ensino básico universal; 3) Promover a igualdade entre os sexos e a autonomia das mulheres; 4) Redução da mortalidade infantil; 5) Melhorar a saúde materna; 6) Combater o HIV/AIDS, a malária e outras doenças; 7) Garantir a sustentabilidade ambiental; e 8) Estabelecimento de uma parceria mundial para o desenvolvimento. (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 2003)

O Mapa da Fome mundial, criado pela ONU em 2000, foi construído a partir de um indicador criado pela FAO, o *Prevalence of Undernourishment* (PoU), que registra a situação global de carência alimentar. O PoU estima a adequação da ingestão energética da dieta de uma população, medindo, a partir disso, o número de pessoas famintas no mundo. O indicador inclui não apenas as pessoas que sofrem de fome, mas também aquelas que não recebem uma dieta nutricionalmente adequada, o que pode levar a problemas de saúde, como a subnutrição.

No Brasil, um modelo de Mapa da Fome foi construído pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) ainda em 1991 e definia *segurança alimentar* como “o acesso por todas as pessoas e em todos os momentos a uma alimentação suficiente para uma vida ativa e saudável” (PELIANO, 1993, p. 5), e a fome como produto da miséria e da pobreza. Ele apresentava informações sobre a prevalência da fome e da insegurança alimentar e indicadores socioeconômicos, como renda, educação e saúde, além de dados sobre o acesso à água potável, saneamento básico e serviços de saúde.

No primeiro Mapa da Fome do Ipea, de 1993, que correlacionava o custo da alimentação com o poder aquisitivo da população de cada região brasileira, foi identificado que 32 milhões de brasileiros enfrentavam algum grau de insegurança alimentar. Ainda, o relatório mostrava que, nos sete anos anteriores a 1993, o Brasil produziu, em média, 59 milhões de toneladas de grãos, como arroz, feijão, trigo, milho e soja. Isso seria suficiente para um consumo de 3.280 Kcal e 87 gramas de proteínas per capita por dia, faixas superiores às 2.242 Kcal e 53 gramas recomendadas pela FAO (PELIANO, 1993).

Em 2004, o governo brasileiro criou a Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (Ebia), que consiste em 14 perguntas (BRASIL, 2014):

1. Nos últimos três meses, os moradores deste domicílio tiveram preocupação de que os alimentos acabassem antes de poderem comprar ou receber mais comida?
2. Nos últimos três meses, os alimentos acabaram antes que os moradores deste domicílio tivessem dinheiro para comprar mais comida?
3. Nos últimos três meses, os moradores deste domicílio ficaram sem dinheiro para ter uma alimentação saudável e variada?
4. Nos últimos três meses, os moradores deste domicílio comeram apenas alguns alimentos que ainda tinham porque o dinheiro acabou?
5. Nos últimos três meses, algum morador de 18 anos ou mais de idade deixou de fazer uma refeição porque não havia dinheiro para comprar comida?
6. Nos últimos três meses, algum morador de 18 anos ou mais de idade, alguma vez comeu menos do que devia porque não havia dinheiro para comprar comida?
7. Nos últimos três meses, algum morador de 18 anos ou mais de idade, alguma vez sentiu fome, mas não comeu, porque não havia dinheiro para comprar comida?
8. Nos últimos três meses, algum morador de 18 anos ou mais de idade, alguma vez, fez apenas uma refeição ao dia ou ficou um dia inteiro sem comer porque não havia dinheiro para comprar comida?
9. Nos últimos três meses, algum morador com menos de 18 anos de idade, alguma vez, deixou de ter uma alimentação saudável e variada porque não havia dinheiro para comprar comida?
10. Nos últimos três meses, algum morador com menos de 18 anos de idade, alguma vez, não comeu quantidade suficiente de comida porque não havia dinheiro para comprar comida?
11. Nos últimos três meses, alguma vez, foi diminuída a quantidade de alimentos das refeições de algum morador com menos de 18 anos de idade, porque não havia dinheiro para comprar comida?
12. Nos últimos três meses, alguma vez, algum morador com menos de 18 anos de idade deixou de fazer alguma refeição, porque não havia dinheiro para comprar comida?



13. Nos últimos três meses, alguma vez, algum morador com menos de 18 anos de idade sentiu fome, mas não comeu porque não havia dinheiro para comprar comida?

14. Nos últimos três meses, alguma vez, algum morador com menos de 18 anos de idade, fez apenas uma refeição ao dia ou ficou sem comer por um dia inteiro porque não havia dinheiro para comprar comida?

A escala de insegurança alimentar é definida de acordo com a quantidade de respostas afirmativas, quanto mais, maior é o nível de insegurança alimentar. Além disso, a escala considera de forma distinta domicílios com pessoas menores de idade.

Quadro 1 — Pontos de corte segundo nível de insegurança alimentar

<b>GRAU</b>	<b>RESPOSTAS AFIRMATIVAS DE DOMICÍLIOS COM MENORES DE 18 ANOS</b>	<b>RESPOSTAS AFIRMATIVAS DE DOMICÍLIOS SEM MENORES DE 18 ANOS</b>
Segurança Alimentar	0	0
Insegurança Alimentar Leve	1 – 5	1 – 3
Insegurança Alimentar Moderada	6 – 9	1 – 5
Insegurança Alimentar Grave	10 – 14	6 – 8

Fonte: adaptação de BRASIL, 2014.

Desde 2014, a FAO passou a medir a insegurança alimentar usando outro indicador, a *Food Insecurity Experience Scale* (FIES), composto por uma série de questões que avaliam o acesso e a disponibilidade de alimentos saudáveis e nutritivos, bem como o medo ou a ansiedade em relação à falta de comida. A escala possui três níveis: leve (incerteza sobre a capacidade de se obter alimentos em um futuro próximo e/ou quando não há recursos para uma dieta saudável), moderada (probabilidade de pular refeições ou ocasionalmente ficar sem comida) e a insegurança alimentar severa (quando não há comida e a pessoa passa dias inteiros sem comer durante períodos em um ano) (FAO, 2022). A última escala é, de forma prática, a fome.

Do ponto de vista social, a fome é um problema de magnitude mundial e que se intensificou durante a pandemia de Covid-19, segundo o relatório “O Estado da Segurança Alimentar e Nutricional no Mundo” de 2021, da ONU, e o “II Inquérito de Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil (II VIGISAN)”, da Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar (REDE PENSSAN), formada por pesquisadores em segurança alimentar. O relatório da Rede PENSSAN foi executado pelo Instituto Vox Populi, com apoio de entidades da sociedade civil. Foram ouvidas 12 mil famílias (2.384 delas em áreas rurais), em 577 municípios, de novembro de 2021 a abril de 2022.

De acordo com os dados da Rede PENSSAN, em 2020, 19,1 milhões de brasileiros conviviam com insegurança alimentar grave, já em 2022 esse número subiu para 33,1 milhões de pessoas. “Mais da metade da população do país — 125,2 milhões de pessoas — vive com algum grau de insegurança alimentar” (REDE PENSSAN, 2022). Para a FAO (2022), a insegurança alimentar é inerente ao estado de extrema pobreza e à perda do poder de compra, tornando os locais com crises econômicas mais suscetíveis à fome, o que se comprova nos dados obtidos pelo II VIGISAN.

Tendo como referência o contexto da crise sanitária que assolou o país a partir do início de 2020, a insegurança alimentar foi agravada pelas dificuldades de recomposição das rendas do trabalho em emprego formal ou informal, de retomada de negócios e de atividades produtivas, em particular no meio rural. (REDE PENSSAN, 2022, p. 85)

Segundo a “Pesquisa de Orçamentos Familiares 2017/2018 - Análise da Segurança Alimentar no Brasil”, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o percentual das despesas com alimentação aumenta com os níveis de severidade da insegurança alimentar. Ou seja, as despesas com alimentação em famílias com maior grau de insegurança alimentar tendem a ser proporcionalmente maiores do que os gastos em domicílios com menor grau de insegurança alimentar.

Assim, em domicílios particulares em situação de segurança alimentar, o percentual mensal das despesas com alimentação foi de 16,3% em relação às despesas totais de consumo. Nos domicílios identificados com insegurança alimentar leve, esse percentual foi de 20,5%. Já nos domicílios em insegurança alimentar moderada, o percentual foi de 22,5% e nos domicílios em insegurança alimentar grave, chega a 23,4%. Isso mostra que o Brasil passa por dois grandes desafios. Além da fome, o aumento do desemprego e a queda da renda também levaram a uma queda na

qualidade da alimentação dos brasileiros que estão abaixo da linha da pobreza. (FAO, 2022)

Além de atingir principalmente a população mais pobre, a insegurança alimentar está mais presente na vida de mulheres e de pessoas pretas ou pardas em comparação a homens e pessoas brancas. A segurança alimentar foi encontrada em 47,9% dos domicílios com responsáveis pela família homens, enquanto com mulheres o número cai para 37%. Ainda, a questão racial também é um fator identificado nas pesquisas. No Brasil, 35% dos domicílios cujos responsáveis se identificavam como negros ou pardos possuíam segurança alimentar, já com responsáveis brancos o índice subia para 53,2% (REDE PENSSAN, 2022).

O relatório da Rede PENSSAN conclui que o sucateamento das instituições públicas e a interrupção de políticas de proteção social são as principais causas do crescimento da insegurança alimentar no Brasil, com grande parte da população “desprotegida diante dos efeitos da crise sanitária que agravou a crise econômica que a antecedeu” (REDE PENSSAN, 2022, p. 88). Assim, a Rede recomenda a “reconstituição do aparato institucional” e uma reorientação das políticas para redução da desigualdade.

## 2.2 POLÍTICAS PÚBLICAS DE COMBATE À FOME: DE COLLOR A BOLSONARO

A primeira obra que trata da fome como um problema enfrentado pela população brasileira é “Geografia da Fome: a fome no Brasil”, de Josué de Castro<sup>3</sup>, publicada em 1946 e considerada um marco na compreensão da insegurança alimentar, com uma abordagem multidisciplinar. No livro, Castro delimita regiões onde a fome poderia ser considerada endêmica, com pelo menos metade da população com carência nutricional permanente; áreas de fome epidêmica, com pelo menos metade da população com carências nutricionais transitórias; e áreas de

---

<sup>3</sup> Josué de Castro foi um médico, nutrólogo, cientista social, geógrafo, político e escritor brasileiro nascido em 1908 em Recife, Pernambuco. Exerceu dois mandatos como deputado federal pelo Partido Trabalhista Brasileiro, fundado por Getúlio Vargas. Foi presidente do Conselho Executivo da FAO e embaixador do Brasil junto à ONU. Além disso, foi indicado ao Nobel da Paz em 1953, 1963, 1964 e 1965. Após o golpe militar de 1964, teve seus direitos políticos suspensos e foi exilado na França, onde faleceu em 1973.

subnutrição, com desequilíbrios alimentares em grupos reduzidos (VASCONCELOS, 2008).

Também discorre sobre o que chama de áreas alimentares, locais com características biológicas e socioculturais que afetam a dieta, e o mosaico alimentar brasileiro, que diferencia regionalmente os tipos de dietas brasileiras. Além disso, Castro aborda a fome como questão política e econômica, apontando para a falta de políticas públicas efetivas para combatê-la. No seu trabalho, avalia como imprescindíveis medidas como a reforma agrária para resolver estruturalmente o problema do acesso à terra e à produção de alimentos, além da melhoria das condições de vida e trabalho das populações rurais.

Ao utilizar dados e estatísticas para ilustrar sua argumentação, Castro busca mostrar a necessidade da tomada de ação por organizações internacionais para combater a fome e promover a justiça social.

Ao lado dos preconceitos morais, os interesses econômicos das minorias dominantes também trabalhavam para escamotear o fenômeno da fome do panorama espiritual moderno. É que ao imperialismo econômico e ao comércio internacional a serviço do mesmo interessava que a produção, a distribuição e o consumo dos produtos alimentares continuassem a se processar indefinidamente como fenômenos exclusivamente econômicos — dirigidos e estimulados dentro dos seus interesses econômicos — e não como fatos intimamente ligados aos interesses da saúde pública. (CASTRO, 1984, p. 21)

Historicamente, no Brasil a fome teve seu conceito intercambiado de acordo com governos, políticas e programas sociais. Segundo Brito e Baptista (2021), em 1986, a partir das discussões travadas na VIII Conferência Nacional de Saúde, que levou à I Conferência Nacional de Alimentação e Nutrição (I CNAN), a fome foi considerada “desnutrição e carência de alimentos”. Surgiu, a partir das conferências, a recomendação da criação de um Conselho Nacional de Alimentação e Nutrição e um Sistema de Segurança Alimentar e Nutricional. As reuniões também representaram um avanço significativo no reconhecimento da fome como uma questão de saúde pública, interpretação já sugerida por Josué de Castro.

Na política, a fome teve certa centralidade desde o início da década de 1990, apesar das ideias liberais e anti estatais do governo de Fernando Collor de Mello

(1990 – 1992)<sup>4</sup>. Em 1991, foi instaurada uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) chamada CPI da Fome.

A CPI foi constituída a partir da aprovação de um requerimento da então deputada federal Márcia Cibilis Viana, do Partido Democrático Trabalhista (PDT), e objetivou examinar as causas da fome e a “iminente ameaça à segurança alimentar” (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 1991). A CPI partiu da premissa de que a realidade da persistência da fome no Brasil era incompatível com o potencial de recursos naturais do país.

Como justificativa, o requerimento reconhecia a urgência de se compreender as questões que tornavam a fome um problema constante. “A situação alimentar no Brasil é trágica. O cidadão não é faminto por destino ou natureza. Tiraram-lhe o pão e por isso está passando fome. Há culpados por detrás disto, há mecanismos e estruturas responsáveis. É preciso conhecer as causas da fome”, explica o documento (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 1991, p. 4).

Segundo o relatório das reuniões da comissão, foram ouvidos depoimentos de representantes de organizações como a União Internacional das Ciências da Nutrição, a Associação Latino-Americana e do Caribe de Ciência e Tecnologia de Alimentos, o Instituto Nacional de Alimentação e Nutrição e os Ministérios da Saúde, da Agricultura e Reforma Agrária e da Economia, Fazenda e Planejamento. A investigação da comissão concluiu que havia um problema de natureza estrutural do modelo econômico e não técnica ou de abastecimento.

Embora possuindo grandes reservas de terras produtivas e de mão-de-obra para o trabalho na agricultura, o Brasil é hoje, paradoxalmente, um país assolado pela fome. Com certeza, não é este um problema de ordem técnica, na medida em que o Brasil dispõe de recursos físicos e tecnológicos suficientes para alimentar sua população ou número ainda maior. Há mecanismos e estruturas responsáveis pela fome. [...] Está claro, portanto, que a primeira e determinante causa da fome no Brasil é a má distribuição de renda. A grande maioria de nossa população tem renda tão baixa que não lhe é possível adquirir os alimentos de que necessita. A

---

<sup>4</sup> Fernando Collor de Mello foi o primeiro civil eleito diretamente pelo voto popular depois do golpe militar de 1964. Durante seu governo, implantou o Plano Brasil Novo, também chamado de Plano Collor, com um conjunto de reformas econômicas para controlar a inflação, que fracassou, gerando ainda mais instabilidade econômica. O seu mandato durou de março de 1990 a outubro de 1992, quando foi afastado para responder a um processo de *impeachment* por crime de responsabilidade. O processo estendeu-se por sete meses, entre junho e dezembro de 1992. Em 29 de dezembro acontece o julgamento no Senado Federal e a renúncia é anunciada por meio de uma carta lida pelo advogado José Moura Rocha para evitar o *impeachment*. Ele foi condenado e teve seus direitos políticos suspensos por oito anos (PORTAL DA CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2012).

iniquidade social se agrava a cada dia no Brasil, com maior concentração de renda, eis que as sucessivas políticas recessivas, implantadas ao longo dos últimos anos no Brasil com o propósito de controlar a inflação, acentuaram o processo concentrador de renda, penalizando a classe trabalhadora. (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 1991, p. 20–22)

Na gestão sucessora de Collor, com seu vice, Itamar Franco (1993 – 1994), o economista Fernando Henrique Cardoso (FHC) foi convidado a assumir o Ministério da Fazenda, com a missão de criar um plano econômico que resolvesse a crise herdada da ditadura militar e de Collor. Assim, em julho de 1994, nasceu o Plano Real, moeda que substituiu o cruzeiro e equiparou a moeda brasileira ao dólar. Com o passar do tempo, o real sofreu com a desvalorização, mas não a ponto da crise econômica se assemelhar à de Collor (PORTAL DA CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2014).

Em 1993, foi criada a campanha Ação da Cidadania Contra a Fome, a Miséria e pela Vida, liderada por Herbert José de Souza, comumente chamado de Betinho<sup>5</sup>. O movimento tem como objetivo mobilizar “comitês locais da sociedade civil organizada, em sua maioria compostos por lideranças comunitárias, mas com participação de todos os setores sociais” (AÇÃO DA CIDADANIA, 2021) e está ativo até hoje. Entretanto, para Brito e Baptista (2021), por focar na sociedade civil e não em estruturas governamentais e políticas públicas, a campanha ainda atendia a lógica neoliberal do governo Collor-Itamar.

Em 1993, o Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea) foi criado e, já em 1994, acontece a I Conferência Nacional de Segurança Alimentar (I CNSA) que propõe que o Mapa da Fome do Ipea sustente a base do desenvolvimento de políticas públicas de segurança alimentar.

A fome começa a permear os debates políticos em 1994, quando ocorre a primeira disputa à Presidência da República entre FHC, pelo Partido da Social

---

<sup>5</sup> Betinho foi um sociólogo brasileiro nascido em 1935, em Minas Gerais. Ativista dos direitos humanos, foi assessor do Ministério da Educação no governo de João Goulart. Durante a ditadura militar, Betinho foi perseguido e obrigado a se exilar no Chile, onde assessorou Salvador Allende. Foi homenageado pela canção “O Bêbado e a Equilibrista”, de João Bosco e Aldir Blanc, interpretada por Elis Regina. Na letra, é referenciado pelo trecho “Meu Brasil / Que sonha com a volta do irmão do Henfil”, referindo-se ao irmão de Betinho, o cartunista e jornalista Henfil de Souza Filho. Em 1979, voltou ao Brasil após ser anistiado. Em 1981, fundou o Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas. Ele é o autor da frase “quem tem fome tem pressa”, usada comumente em trabalhos sobre a fome. Além de sua atuação no campo da sociologia, foi um ativista da conscientização sobre a Aids. Portador do vírus HIV desde 1986, faleceu em 1997 (IBASE, 2015).

Democracia Brasileira (PSDB), e Luiz Inácio Lula da Silva, pelo Partido dos Trabalhadores (PT). Desde 1990, o PT havia constituído o que chamava de governo paralelo (FOLHA DE S. PAULO, 2002) e já articulava a discussão política da fome.

Os programas, ao mesmo tempo que divergiam na pauta econômica, condiziam em uma visão desenvolvimentista. Na campanha, Lula abordava o enfrentamento das desigualdades sociais e o combate à pobreza como meta central junto a uma política de segurança alimentar. Para Brito e Baptista (2021), o vencedor da eleição presidencial, FHC, trouxe ao seu governo a “retórica da estabilidade econômica”, com o enxugamento do papel do Estado.

Já no primeiro mês do governo de Fernando Henrique Cardoso, em 1995, o Consea foi extinto e, em seu lugar, criou-se o Conselho da Comunidade Solidária. Em 1997, há a extinção também do Instituto Nacional de Alimentação e Nutrição e a inserção de uma área técnica do assunto no Ministério da Saúde. A abordagem da Comunidade Solidária descentralizou o governo do combate à insegurança alimentar, “contando com a ajuda de algumas ONGs e reproduzindo a lógica das campanhas comunitárias e assistenciais na distribuição de alimentos” (BRITO; BAPTISTA, 2021, p. 9).

No segundo embate entre Lula e FHC, em 1998, o então presidente seguiu com a pauta liberal, orientada pela parceria com a sociedade e organizações filantrópicas e por políticas agrárias e agrícolas. Lula, por outro lado, priorizou a redistribuição de renda para o enfrentamento da fome e propôs a recriação do Consea.

FHC venceu a eleição e, em seu segundo mandato, as políticas sociais foram modificadas com ações mais amplas, com a extinção de programas assistencialistas, como de distribuição de alimentos. Assim, surgiram os programas Bolsa-Escola, Bolsa-Alimentação e Auxílio-Gás, para promover o desenvolvimento local integrado, de forma compensatória.

Mota<sup>6</sup> (2009, apud SILVA et al. 2017) considera este um contexto ainda de ascensão do neoliberalismo, pois as políticas de saúde, previdência e assistência social não se articulam em um sistema de proteção. Pelo contrário, as políticas de

---

<sup>6</sup> MOTA, Ana Elizabete (Org.). **O Mito da Assistência Social**: ensaios sobre Estado, política e sociedade. São Paulo: Cortez, 2009.

saúde e previdência são mercantilizadas. “Há uma ampliação da Política de Assistência Social, de tal modo, que ela se transforma em um novo fetiche de enfrentamento à desigualdade social” (SILVA et al., 2017, p. 4).

Todas as estratégias até então propostas eram “pontuais e fragmentadas, esvaziadas da perspectiva do direito social”, segundo Cruz (2020, p. 3). Com esse entendimento adentrando os anos 2000, uma nova eleição presidencial tornou ainda mais presente a discussão sobre a realidade brasileira, já que o país falhou em reverter o quadro de insegurança alimentar. Mesmo um ano antes das eleições de 2002, o combate à fome já estava nas propostas do futuro governo Lula. Em 2001, o PT elaborou o projeto Fome Zero: uma Proposta de Política de Segurança Alimentar para o Brasil, que viria a se tornar estratégia fundamental durante seus mandatos.

No dia 1º de janeiro de 2003, durante a sessão solene de posse, no Congresso Nacional, Lula discursou pela primeira vez como presidente da República. A palavra “fome” apareceu quatorze vezes no texto. No primeiro de seus três mandatos, Lula colocou o combate à fome como a primeira e maior meta de seu governo.

O povo brasileiro, tanto em sua história mais antiga, quanto na mais recente, tem dado provas incontestáveis de sua grandeza e generosidade; provas de sua capacidade de mobilizar a energia nacional em grandes momentos cívicos; e eu desejo, antes de qualquer outra coisa, convocar o meu povo, justamente para um grande mutirão cívico, para um mutirão nacional contra a fome. Num país que conta com tantas terras férteis e com tanta gente que quer trabalhar, não deveria haver razão alguma para se falar em fome. No entanto, milhões de brasileiros, no campo e na cidade, nas zonas rurais mais desamparadas e nas periferias urbanas, estão, neste momento, sem ter o que comer. Sobrevivem milagrosamente abaixo da linha da pobreza, quando não morrem de miséria, mendigando um pedaço de pão. Essa é uma história antiga. O Brasil conheceu a riqueza dos engenhos e das plantações de cana-de-açúcar nos primeiros tempos coloniais, mas não venceu a fome; proclamou a independência nacional e aboliu a escravidão, mas não venceu a fome; conheceu a riqueza das jazidas de ouro, em Minas Gerais, e da produção de café, no Vale do Paraíba, mas não venceu a fome; industrializou-se e forjou um notável e diversificado parque produtivo, mas não venceu a fome. Isso não pode continuar assim. Enquanto houver um irmão brasileiro ou uma irmã brasileira passando fome, teremos motivo de sobra para nos cobrirmos de vergonha. Por isso, defini entre as prioridades de meu Governo um programa de segurança alimentar que leva o nome de Fome Zero. Como disse em meu primeiro pronunciamento após a eleição, se, ao final do meu mandato, todos os brasileiros tiverem a possibilidade de tomar café da manhã, almoçar e jantar, terei cumprido a missão da minha vida. É por isso que hoje conclamo: vamos acabar com a fome em nosso país. Transformemos o fim da fome em uma grande causa nacional, como foram no passado a criação da Petrobrás e a memorável luta pela redemocratização do país. Essa é uma causa que pode e deve ser de



todos, sem distinção de classe, partido, ideologia. Em face do clamor dos que padecem o flagelo da fome, deve prevalecer o imperativo ético de somar forças, capacidades e instrumentos para defender o que é mais sagrado: a dignidade humana. (SILVA, 2003, p. 3–4)<sup>7</sup>

O Programa Fome Zero era uma política nacional de segurança alimentar e nutricional que iniciou com a criação do Ministério Extraordinário de Segurança Alimentar e Combate à Fome (MESA) e com a recriação do Consea. O Fome Zero se constituiu unindo políticas estruturais, de redistribuição de renda, aumento da produção de alimentos, geração de empregos, reforma agrária e políticas emergenciais. Assim como no Mapa da Fome do Ipea, a fome era vista como produto da miséria.

Em 2003, o governo elaborou o Programa Cisternas, que garantia a construção de cisternas para a captação de água da chuva. A iniciativa era financiada pelo Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) e visava a melhor qualidade de vida e saúde para as pessoas que antes não tinham acesso à água potável. Segundo dados abertos do governo, desde sua criação, o Programa Cisternas possibilitou a construção de 1,3 milhão de estruturas.

Em 2004, o MESA é substituído pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, com o lançamento do Programa Bolsa Família, uma associação do Bolsa-Escola, Bolsa-Alimentação e Auxílio-Gás. A partir de uma abordagem de transferência de renda, com benefícios financeiros para famílias de baixa renda, o Bolsa Família rapidamente se tornou aliado fundamental do Fome Zero no objetivo de redução da pobreza e da desigualdade social. Além disso, o Bolsa Família condicionava seus beneficiários a matricular crianças e jovens em escolas e manter visitas a unidades de saúde, o que aproximava pessoas em condição de vulnerabilidade social destes direitos básicos.

Até o final de seu segundo mandato, em 2010, Lula promulgou a Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional (Losan), criou o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Sisan) e a Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (PNSAN).

---

<sup>7</sup> Disponível em:

<<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/luiz-inacio-lula-da-silva/discursos/discursos-de-posse/discorso-de-posse-1o-mandato>>

A importância de políticas públicas voltadas à agricultura familiar se justificava pelos dados do IBGE que apontam que 70% dos alimentos consumidos pelos brasileiros vêm destes produtores. Assim, para assegurar a produção e distribuição de alimentos, foi criado o Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PAA), o Seguro da Agricultura Familiar (SEAF), a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER), o Programa de Garantia de Preços da Agricultura Familiar (PGPAF) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).

Quando Dilma Rousseff é eleita, em 2010, o plano é continuar a gestão de seu antecessor e colega de partido. Os dados do censo do IBGE de 2010 embasaram a criação do Plano Brasil Sem Miséria, visando o fim da extrema pobreza até 2014. De fato, o Brasil deixou de ser integrante do grupo de países em grave situação de fome e extrema pobreza, aqueles incluídos no Mapa da Fome da ONU, em 2014.

Para a FAO, como publicado no relatório “O Estado da Insegurança Alimentar e Nutricional no Mundo” (“*The State of Food Insecurity in the World*”), de 2014, o Brasil foi considerado um modelo de eficiência e excelência no combate à fome.

A participação social e o envolvimento de uma ampla gama de interessados diretos nos processos políticos são cruciais. Princípios democráticos fortes e inclusão efetiva de todas as partes interessadas na formulação e implementação de políticas de segurança alimentar e nutricional em vários níveis, como no Brasil, podem garantir que mesmo grupos politicamente fracos tenham voz, resultando em políticas mais equitativas que atendam melhor às necessidades da população vulnerável. (FAO, 2014, p. 39, tradução nossa<sup>8</sup>)

Apesar da reeleição, em 2015 Dilma enfrentou o início de uma grave crise econômica e a baixa governabilidade. Em 2016, ela foi destituída do cargo<sup>9</sup> como resultado de um turbulento processo de *impeachment*, em meio à ascensão da

---

<sup>8</sup> “Social participation and involvement of a wide range of stakeholders in policy processes are crucial. Strong democratic principles and effective inclusion of all stakeholders in the formulation and implementation of food security and nutrition policies at various levels, as in Brazil, can ensure that even politically weak groups have voice, resulting in more equitable policies that better address the needs of the vulnerable.”

<sup>9</sup> O golpe que retirou Dilma Rousseff da Presidência foi resultado da confluência de interesses de diversos atores políticos (MIGUEL, 2019). Permeando o processo, está a atuação do Ministério Público e da Justiça na operação Lava Jato (DUARTE, 2020), que levou à prisão de Lula em abril de 2018 e o impediu de disputar a eleição. Sérgio Moro, juiz que determinou a prisão e condenação de Lula, abandonou a carreira na Magistratura em 2019 e assumiu como ministro da Justiça do governo Bolsonaro. Em 2021, o Supremo Tribunal Federal (STF) anulou todas as condenações de Lula.

extrema-direita no país. Michel Temer (MDB), vice de Dilma, assume o governo até as eleições de 2018 e a fome desaparece do debate político.

A abordagem de Temer segue o parâmetro neoliberal já apresentado à realidade brasileira pelos governos Collor, Itamar e FHC, exaltando o mercado, a liberdade da iniciativa privada e a rejeição da intervenção estatal. Propôs um governo marcado pelas políticas de austeridade econômica e o início de um desmonte que viria a ser intensificado alguns anos depois. Isso implicou cortes em áreas como saúde, educação e assistência social, além da redução de investimentos em infraestrutura e programas sociais.

No primeiro ano do governo de Temer, foi promulgada a Emenda Constitucional 95/2016, que instituiu um Novo Regime Fiscal, para os Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, com vigência por duas décadas. O regime foi chamado de Teto de Gastos por impor limites para despesas primárias do Executivo, Legislativo, Judiciário, do Ministério Público da União, do Conselho Nacional do Ministério Público e da Defensoria Pública da União. Temer extinguiu, ainda, o Ministério do Desenvolvimento Agrário, responsável por políticas de auxílio à agricultura familiar, por exemplo.

Ainda em 2016, a ONU publicou o “Panorama da Segurança Alimentar e Nutricional na América Latina e Caribe”, que identificou que a situação de insegurança alimentar no Brasil havia sofrido um grave retrocesso e era igual à observada em 2010. Em 2017, o saldo efetivamente disponível para o Programa Cisternas foi de somente 49 milhões de reais. De acordo com o Ipea, em 2018, o montante de recursos investidos pelo governo federal em aquisição de alimentos da agricultura familiar foi o menor registrado em toda a história do PAA (SAMBUCHI et al., 2019).

A escalada da extrema-direita se materializou na eleição de Jair Bolsonaro, também em 2018. No primeiro dia de mandato, Bolsonaro extinguiu o Consea. O Plano Plurianual (PPA), lei que define objetivos da administração para as despesas dos próximos anos, de 2020 a 2023, feito no governo Bolsonaro, previu somente 520 milhões de reais para o PAA, valor menor do que o executado pela Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), responsável pelo programa, no ano inteiro de 2012, que foi de 586 milhões de reais. O mesmo aconteceu com o Programa

Cisternas, com a projeção de somente 183 milhões de reais para os quatro anos - só em 2014, por exemplo, o valor investido foi de 643 milhões. Bolsonaro também trocou o nome do Bolsa Família para Auxílio Brasil e o PAA para Alimenta Brasil.

Alinhado ao agronegócio, o governo de Bolsonaro retrocedeu as políticas de reforma agrária e de demarcação de terras indígenas e quilombolas, o que fez a agricultura familiar perder força. Segundo o II VIGISAN, a fome atinge 22% dos produtores rurais e agricultores familiares. De acordo com a Comissão de Meio Ambiente (CMA), do Senado, até dezembro de 2020, mais de 14 milhões de hectares estavam ilegalmente com *status* de propriedade particular no Cadastro Ambiental Rural (CAR).

A situação foi agravada pelo início da pandemia de Covid-19, em 2020. Com um governo negacionista e em desacordo com as recomendações da Organização Mundial da Saúde (OMS), o Brasil foi inserido em uma grave crise sanitária. Em 2021, o Brasil voltou ao Mapa da Fome de acordo com os indicadores da FAO.

Por diversas vezes, Bolsonaro negou a volta da insegurança alimentar no contexto brasileiro. Em 26 de agosto de 2022, enquanto participava de um podcast, Bolsonaro disse: “fome para valer, não existe, como da forma que é falado. O que é que é extrema pobreza? Você ganhar 1,9 dólar por dia, isso dá 10 reais. O Auxílio Brasil são 20 reais por dia. Quem por ventura está no mapa da fome pode se cadastrar e vai receber” (GAVRAS, 2022).

A corrida presidencial seguinte foi pautada, assim como no final dos anos 1990, pela pobreza, miséria e fome. Lula também estava de volta no processo eleitoral e voltou a falar da fome como fazia antes de seu primeiro mandato. Bolsonaro foi derrotado nas urnas e Lula voltou à presidência.

Para driblar os poucos recursos previstos pelo Plano Plurianual vigente até 2023, o governo de transição apresentou, em dezembro de 2022, uma Proposta de Emenda à Constituição aprovada na Câmara de Deputados e no Senado Federal. A Emenda Constitucional 126, de 21 de dezembro de 2022, liberou 170 bilhões de reais vetados anteriormente pelo teto de gastos e pela Lei Orçamentária de 2023, que fora sancionada pelo governo Bolsonaro.

Até o momento de conclusão desta pesquisa, em apenas dois meses de gestão, o terceiro governo Lula já reativou o Consea e criou o Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS). No primeiro dia de governo, foi publicada a Medida Provisória 1.155, que instituiu um adicional complementar ao Auxílio Brasil, novamente chamado de Bolsa Família, permitindo o pagamento de, no mínimo, 600 reais por mês aos beneficiários do programa de transferência de renda federal e o pagamento de 100% do Auxílio Gás.

O governo também mostra a integração ministerial com reuniões conjuntas. O MDS e o Ministério da Integração e Desenvolvimento Regional articulam a volta do Programa Cisternas com atuação conjunta ao Programa Água para Todos. Ainda, o MDS e o Ministério da Agricultura e Pecuária negociam o estabelecimento de produção de alimentos em áreas de insegurança alimentar a partir do cruzamento de dados do Plano Safra, que destina anualmente recursos para a produção agropecuária, e do Cadastro Único, uma base de dados que identifica e registra famílias para os programas de transferência de renda e auxílios.

### 3 O JORNALISMO INDEPENDENTE

Neste capítulo, abordamos as definições de jornalismo independente e alternativo e as finalidades do jornalismo. Além disso, refletimos sobre o caráter investigativo da prática jornalística como maneira de esclarecer informações veladas e apresentamos o veículo cujas matérias analisamos.

#### 3.1 JORNALISMO INDEPENDENTE E ALTERNATIVO

Tratar o jornalismo ou um veículo jornalístico como “independente” ou “alternativo” pressupõe a existência de uma prática jornalística convencional, exercida majoritariamente em conglomerados de mídia, empresas e organizações tradicionais. “Aquilo que é alternativo só pode existir quando se reconhece pela sua condição originalmente secundária, mesmo que negue sua inter-relação com o elemento primário” (CARVALHO; BRONOSKY, 2017, p. 23).

Para Silva (2017), ao discorrer sobre esse modelo de jornalismo, não se fala somente da experiência comercial, mas também da estruturação similar de empreendimentos, mesmo que com fontes de financiamento diferentes entre si, como o jornalismo público, custeado pelo Estado. Ao longo de sua história, e especialmente a partir do século XX, o jornalismo se consolidou como propriedade, seguindo a lógica capitalista, o que impactou e condicionou as suas rotinas de produção.

Nesse contexto, muitas vezes, o objetivo do jornalismo se limita à busca do lucro. Prevalece, então, a estrutura de propriedade privada, controlada por instituições, empresários e investidores de fora do campo jornalístico, com venda de publicidade e uma ordem vertical na tomada de decisões (SILVA; CHRISTOFOLETTI, 2018).

A receita proveniente da venda de publicidade torna-se um elemento fundamental para a sobrevivência dos veículos de comunicação, o que pode gerar uma série de comprometimentos éticos e editoriais, por exemplo. Essa lógica de funcionamento fomentou a concentração da propriedade dos meios de comunicação

na posse de poucos donos, tendendo à homogeneização de informações e à falta de diversidade de fontes, temas e opiniões.

É importante lembrar que o termo “imprensa alternativa” foi usado no Brasil para descrever o jornalismo que se posicionava contra a ditadura militar e buscava trazer informações ignoradas ou omitidas pela mídia tradicional e hegemônica (KUCINSKI, 2001<sup>10</sup> apud OLIVEIRA, 2019). Atualmente, para Oliveira (2019), o jornalismo alternativo se posiciona proporcionando um espaço de mediação jornalística que questiona a “ditadura do capital”. Uma certa crise e o surgimento de novas tecnologias proporcionaram ao jornalismo uma oportunidade de reinvenção:

No Ocidente, com exceção do jornalismo europeu, onde se observa uma tradição de modelos alternativos de organização (cooperativismo, por exemplo), o surgimento de iniciativas distintas da empresa liberal parece mais associado ao contexto e ambiente da internet e, em alguns casos, à crise na profissão. (SILVA; CHRISTOFOLETTI, 2018, p. 158)

Um levantamento da *Agência Pública*<sup>11</sup>, em 2016, <sup>12</sup>mapeou pelo menos 70 iniciativas brasileiras de jornalismo independente no meio digital. A partir disso, Silva (2017) definiu um conjunto de semelhanças entre os projetos. São “bandeiras, valores e compromissos éticos específicos”, como “direitos humanos, direito à cidade, pluralidade, igualdade de gênero, questão racial brasileira, democratização da mídia, empoderamento feminino, midialivrisimo, postura contra-hegemônica ou anticapitalista e crítica à globalização” (SILVA, 2017, p. 18).

Este jornalismo pretende ser disruptivo, reivindicando um protagonismo com a intenção de inverter seu papel secundário no jogo em relação ao jornalismo convencional; pela necessidade em reafirmar seu caráter oposicionista, o que o aproxima aos grupos sociais aos quais se dirige e que os sustentam com informações ou como financiadores; por fim, para superar o estigma panfletário, movido por interesses partidários. (CARVALHO; BRONOSKY, 2017, p. 27)

Ainda, o caráter independente e alternativo torna essa prática jornalística livre para cumprir o papel de facilitar e estimular o debate público sobre temas que fogem

<sup>10</sup> KUCINSKI, B. **Jornalistas e revolucionários**: nos tempos da imprensa alternativa. São Paulo: Edusp, 2001.

<sup>11</sup> A Agência Pública é uma iniciativa brasileira de jornalismo investigativo digital sem fins lucrativos fundada em 2011. Todas as reportagens publicadas pela agência podem ser republicadas gratuitamente sob a licença de *Creative Commons*.

<sup>12</sup> Disponível em: <<https://apublica.org/mapa-do-jornalismo/>>

dos interesses imediatos de determinadas instituições e do capital. Não somente há a oportunidade de abordar certos temas, mas o ambiente digital também possibilita que veículos independentes se especializem em determinados temas e apostem na segmentação do público (CARVALHO; BRONOSKY, 2017).

Os meios alternativos têm uma organização mais adaptável em contraste às grandes empresas jornalísticas, proporcionando que os profissionais exerçam seu trabalho em um ambiente mais colaborativo, criativo e dinâmico. Essa estrutura mais fluida também permite que os meios alternativos tenham uma abordagem mais específica para atender às necessidades de um público-alvo segmentado.

Mais inclinado à cooperação, esse modelo se adapta melhor à realidade de um público ativista ou engajado. Com um posicionamento mais definido editorialmente, o público pode se sentir livre para contribuir com informações ou propostas de pautas, na mesma medida em que pode confiar mais nas notícias daquele veículo. Isso tem impacto significativo em determinados grupos, o que oportuniza laços entre jornalistas e segmentos do público (ATTON; HAMILTON, 2008<sup>13</sup>, apud CARVALHO; BRONOSKY, 2017).

Além disso, a internet tem proporcionado oportunidades significativas em termos de alcance, sustentabilidade financeira e produtividade. Com a possibilidade de atingir um público global, os meios alternativos podem se tornar financeiramente viáveis, mesmo com orçamentos limitados. Isso é particularmente importante em um momento em que as empresas jornalísticas tradicionais estão enfrentando dificuldades financeiras e tendo que enxugar suas redações.

Mesmo com dificuldade, isso pode ser feito por meio de *crowdfunding*, ou financiamento coletivo, de apoiadores espontâneos, por meio de doações regulares ou em campanhas específicas. Também há a possibilidade da venda de anúncios, de maneira parecida ao jornalismo convencional, mas com uma seletividade e critérios para quem pode usar o espaço do jornal para a propaganda, como empresas ou organizações que compartilham seus valores e visão editorial, sem comprometer sua independência. Alguns veículos de mídia alternativa oferecem assinaturas pagas para seus leitores, com conteúdo exclusivo e benefícios extras para incentivar as pessoas a se tornarem membros. Por fim, alguns veículos

---

<sup>13</sup> ATTON, Chris; HAMILTON, James. **Alternative journalism**. Londres: Sage, 2008.



independentes recebem financiamento de organizações nacionais e internacionais, como, por exemplo, a Ford Foundation e a OAK Foundation, que apoiam a *Agência Pública*, a Fundação Heinrich Böll e o Instituto Ibirapitanga, que financiam *O Joio e O Trigo*.

Ainda que independente editorialmente de grupos empresariais, caso a atividade jornalística não garanta uma perspectiva crítica da realidade, ela pode não ser considerada alternativa, como defendem Carvalho e Bronosky (2017). Figaro, Barros e Kinoshita (2019) discorrem sobre os sentidos dessas relações que geram disputas ideológicas no que chamam de “campo da comunicação não hegemônica” (2019, p. 10).

Há os que se identificam com o independente e o alternativo como aspecto pertinente à contraposição clara que fazem aos conglomerados e às suas linhas editoriais e interesses econômicos pouco confessáveis. Há os que subvertem esse sentido para se alinharem à ideia de que independente é um valor intrínseco ao jornalismo, desvinculado de interesse econômico e político. Esses são enunciados que reiteram os valores liberais do jornalismo como discurso neutro que busca a verdade. (FIGARO; BARROS; KINOSHITA, 2019, p. 10)

Apesar do histórico de vínculo com o modelo capitalista, o jornalismo não deve ser resumido em seu caráter de propriedade privada ou da reprodução e discurso hegemônico. Silva e Christofolletti (2018) afirmam que um jornalismo que se afasta do modelo liberal ainda é jornalismo, e que a informação é uma das mais importantes finalidades desta prática.

A partir de uma análise das percepções do que chama de “sujeitos do contrato de comunicação jornalístico” — veículos, jornalistas e leitores — sobre o papel do jornalismo e suas instâncias de produção, Gisele Reginato (2019) define as finalidades da prática. É significativo apontar algumas destas finalidades no contexto do jornalismo alternativo.

Um desses propósitos é o de “interpretar e analisar a realidade”, que significa também contextualizar os acontecimentos em seus aspectos históricos e sociais, com uma abordagem além do superficial. “O leitor não pode testemunhar e interpretar todos os aspectos que constituem os acontecimentos e é a partir daí que o jornalismo se torna necessário” (REGINATO, 2019, p. 231).

Outra finalidade do jornalismo é “selecionar o que é relevante” e, levando em conta isto, escalar enfoques para serem retratados em uma notícia. Miguel (1999) considera que, na relação com o jornalismo, um aspecto que passa credibilidade ao leitor é a percepção de que o jornalista sabe escolher corretamente estes pontos.

A relevância é um dos valores-notícia definidos por Traquina (2013), mas varia de acordo com o interesse do público receptor, o que é de suma pertinência para iniciativas de jornalismo alternativo especializadas em áreas específicas. “O que é importante de ser noticiado depende, assim, do tipo de veículo e do segmento ao qual se destina” (REGINATO, 2019, p. 235).

O jornalismo também deve “integrar e mobilizar as pessoas”, papel que se mostra necessário no que diz respeito a pautas de direitos civis e da defesa da democracia (REGINATO, 2019). Para o jornalismo independente, essa é uma tarefa possibilitada pela autonomia em relação aos interesses econômicos e institucionais de quem os mantém ou, em certos casos, porque os interesses desses órgãos financiadores condizem com as pautas do veículo.

Igualmente, “defender o cidadão” é uma finalidade fundamental para o jornalismo, o que se traduz na defesa da democracia. Deste modo, o jornalismo dá ao seu leitor os recursos necessários para que ele entenda seus direitos. Reginato desatrela esse objetivo das práticas vinculadas à ideia de jornalista como porta-voz, como nos casos em que são expostos problemas pontuais e, a partir da exposição, são resolvidos. “Em vez de solucionar um caso ou dois, o jornalismo deve transformar os casos em pauta, investigar as empresas ou o poder público e informar qualificadamente” (REGINATO, 2019, p. 238).

Ainda nessa finalidade, Reginato reforça o potencial robusto do jornalismo de proporcionar uma mudança efetiva na sociedade e pontua a necessidade do desprendimento da ideia de imparcialidade, principalmente em casos de injustiça social e de violação de direitos constitucionais, dialogando com a exigência de contextualização da realidade.

“Esclarecer o cidadão e apresentar a pluralidade da sociedade” é outro dever do jornalismo, à medida que somente é possível compreender a totalidade de uma pauta e elaborar uma opinião própria quando são apresentados olhares distintos e

que podem representar grupos afetados e perspectivas críticas (REGINATO, 2019). Essa máxima não deve ser aplicada de forma literal sempre, sendo necessário ponderar se, naquele contexto, cada uma das visões é “adequada” ou pertinente.

A autora exemplifica essa consideração com casos onde uma das vozes perpetua pensamentos anti científicos, o que resulta em um desvio do sentido real e objetivo. “Trazer a complexidade do mundo ajuda na formação da cidadania e na formação de uma opinião pública crítica, esclarecida e atuante” (REGINATO, 2019, p. 241).

É através do acesso a informações de qualidade e de diversos pontos de vista que a sociedade pode se manter informada e, conseqüentemente, participar de maneira mais efetiva na construção de uma democracia verdadeiramente participativa. “Não nos moldes análogos aos atuais — mas sim de espaços e funções que a atividade adquire na sociedade e do entendimento do acesso à informação como um direito essencial às democracias” (SILVA; CHRISTOFOLETTI, 2018, p. 157).

O jornalismo alternativo deve, portanto, se diferenciar do convencional em temas, fontes, abordagens ou conteúdos (CARVALHO; BRONOSKY, 2017). Desta forma, é uma atividade que segue padrões diferenciados em seus processos produtivos. Conforme o jornalismo convencional deixa de lado a representação do interesse público, dá-se maior importância ao alternativo, que acolhe tais questões.

Em face das estratégias empresariais que buscam reduzir os custos de produção de notícias, as iniciativas de jornalismo testemunhal que aproximam o jornalista dos acontecimentos e oferecem ao público uma experiência mais autêntica ganham destaque. Esse tem sido um diferencial dos sites de jornalismo alternativo no Brasil. (CARVALHO; BRONOSKY, 2017, p. 38)

O jornalismo alternativo pode optar por ouvir e apresentar demandas de grupos sociais marginalizados ou invisibilizados pela mídia convencional, com abordagens igualmente distintas, questões de gênero, sexualidade, meio ambiente, direitos humanos, entre outras, como discorre Silva (2017), sem precisar validar interesses de financiadores.

Ao invés de se restringir às fontes oficiais ou institucionais, o jornalismo alternativo pode buscar fontes diversas, como especialistas independentes, movimentos sociais e lideranças comunitárias. Isso pode permitir uma abordagem mais crítica e aprofundada sobre os temas abordados. “O jornalismo alternativo é fruto da incapacidade do jornalismo convencional em assegurar, de fato, um espaço público” (CARVALHO; BRONOSKY, 2017, p. 31).

### 3.2 O CARÁTER INVESTIGATIVO

Investigar é uma das mais caras funções do jornalismo. Como diz Reginato (2019), seja com a apresentação de documentos públicos, seja com informações exclusivas, o jornalista deve “investigar os fatos detalhadamente”. Não é suficiente expor dados, é necessário que se explique e mostre o que está oculto, com base nas informações disponíveis, amplamente checadas, e no trabalho de investigação. Caso contrário, a prática pode ser considerada um simples “jornalismo declaratório”. “Há uma máxima no jornalismo que diz: ‘se uma pessoa diz que está chovendo, e outra pessoa diz que não está, não é trabalho do jornalista citar as duas, é ir olhar lá fora’” (REGINATO, 2019, p. 227).

A investigação leva a outra finalidade apontada por Reginato (2019): “fiscalizar o poder e fortalecer a democracia”, que também dialoga diretamente com a de defender o cidadão. Vigiar os agentes públicos e privados, do governo, empresas ou organizações significa estar atento a possíveis ilegalidades e ameaças à democracia e aos direitos constitucionais. Por isso, a independência editorial é mais importante ainda, para que nada interfira no objetivo maior de cobrir temas socialmente relevantes. Agora, agir no problema, com medidas efetivas para tentar solucioná-lo, foge do escopo do jornalismo e é de responsabilidade das autoridades competentes.

Quiçá a função mais lembrada e valorizada do jornalismo é simplesmente informar, e isso está claro para todos os sujeitos do contrato de comunicação jornalístico. Entretanto, um detalhe deve ser ressaltado. Não basta informar, é necessário “informar de modo qualificado” (REGINATO, 2019). A informação jornalística precisa ser verificada, independente, rigorosa, relevante, contextualizada,

envolvente, plural. Todas as outras finalidades devem levar em conta e ser norteadas por esse objetivo também. “Informar de modo qualificado é a finalidade que, se não cumprida, inviabiliza o cumprimento das demais” (REGINATO, 2019, p. 227).

Com base em uma extensa revisão bibliográfica, Melo (2015) entende que o jornalismo investigativo tem algumas definições mais amplas. Entre os sentidos disponíveis na literatura está a máxima de que o jornalismo investigativo é aquele que “revela algo que está oculto”, que tem capacidade de indignar e que tem efeito de vigilância ao poder (MELO, 2015).

Ainda, o jornalismo investigativo pode ser considerado um “pleonasma” em muitas percepções, como mostram Melo (2015) e Nascimento (2010).

Não raro aparece um estudioso, repórter ou editor afirmando que jornalismo investigativo não existe. A argumentação varia um pouco entre um e outro defensor dessa ideia, mas a base costuma ser a mesma: a expressão jornalismo investigativo implicaria um pleonasma ou uma redundância, já que todo o jornalismo precisa investigar, pois, se não fizer isso, não será jornalismo. (NASCIMENTO, 2010, p. 13)

Nascimento (2010) contrapõe essa visão com o argumento de que muitas matérias em jornais diários são publicadas sem que haja uma extensa entrevista, acesso a documentos ou dados ocultos, mas sim com respaldo somente em declarações. Por mais que não seja o ideal, essas matérias ainda são jornalísticas, porque se não fossem, estes veículos não estariam sendo jornalísticos.

Confrontados com esse tipo de argumento, alguns defensores da tese de que não existe jornalismo investigativo costumam partir para o uso do condicional e afirmam que todo o jornalismo “deveria” ser investigativo. Bem, em relação a isso já fica difícil discordar, pois se está entrando no terreno das utopias, dos desejos. Todas as sociedades deveriam ser igualitárias, todos os governos deveriam ser justos e incorruptíveis, todos os políticos deveriam ser honestos. Só que se todos esses desejos se realizassem e o mundo fosse finalmente o mundo ideal, o jornalismo investigativo provavelmente nem precisaria existir. No mundo real, a maioria das matérias publicadas pela imprensa não são investigativas, mas ainda assim são matérias jornalísticas. Dessa forma, como só algumas matérias jornalísticas são investigativas, é fato que o jornalismo investigativo existe e se diferencia do jornalismo diário e de outras formas mais comuns de se fazer jornalismo. (NASCIMENTO, 2010, p. 14)

Outra definição possível é a que perpassa o tipo de conteúdo. Waisbord<sup>14</sup> (2000, apud NASCIMENTO, 2010) pensa o jornalismo investigativo como aquele que busca irregularidades por parte de agentes governamentais e autoridades, e o chama de *watchdog journalism* (“jornalismo cão de guarda”), que é outra forma de designar o jornalismo como “quarto poder”. Nesta definição, o jornalista assume um papel de vigilante da sociedade, denunciando comportamentos inadequados ou ilegais de pessoas em posições de poder.

Já Protes<sup>15</sup> (1991, apud NASCIMENTO, 2010) define jornalismo investigativo pela reação gerada por ele, com a característica essencial de provocar surpresa e revolta. A partir disso, cunhou-se a expressão *journalism of outrage*, “jornalismo da indignação”.

Fleeson<sup>16</sup> (2000, apud NASCIMENTO, 2010) estabeleceu que, para que uma reportagem possa ser chamada de investigativa, ela deve conter trabalho original, independente de investigações de autoridades.

Kovach e Rosenstiel (2003) classificam as reportagens investigativas em três categorias: reportagem investigativa original, reportagem investigativa interpretativa e reportagem sobre investigações. A reportagem original parte da descoberta de informações pelos próprios repórteres, que frequentemente leva a investigações oficiais. A reportagem interpretativa parte, além de dados descobertos diretamente, de uma conexão com algo que já era público. A reportagem sobre investigações é nitidamente diferente das duas primeiras, já que a investigação não está contida na apuração jornalística. Nela, só há o acompanhamento de uma investigação já corrente.

O jornalismo investigativo pode ser um processo demorado e complicado, muitas vezes envolvendo o uso de técnicas especiais de coleta de informações, como o uso de fontes confidenciais. Em um contexto de avanços tecnológicos, são grandes as possibilidades de crescimento dessa abordagem jornalística, como o uso das técnicas de jornalismo guiado por dados para obter informações específicas.

---

<sup>14</sup> WAISBORD, Silvio. **Watchdog Journalism in South America**. New York: Columbia University Press, 2000.

<sup>15</sup> PROTES, David L. et al. **The journalism of outrage: investigative reporting and agenda building in America**. New York: The Guilford Press, 1991.

<sup>16</sup> FLEESON, Lucinda. **Dig deep & Aim high**. Washington: International Center for Journalists, 2000.

Träsel<sup>17</sup> (2014, apud REGINATO, 2019) considera que a utilização de técnicas científicas e computacionais nos processos jornalísticos de apuração, publicação e circulação pode engrandecer as possibilidades do jornalismo investigativo.

### 3.3 O JOIO E O TRIGO

O *Joio e O Trigo* é um veículo jornalístico fundado em outubro de 2017, por João Peres e Moriti Neto, repórteres e redatores da seção brasileira do livro “*Ni Pan, Ni Circo — Historias de Hambre En América Latina*” (Nueva Sociedad, 2016). Peres é jornalista formado pela Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo (ECA-USP), foi repórter e editor na Rede Brasil Atual (RBA), parceria jornalística entre sindicatos de São Paulo. Neto é jornalista e também trabalhou na RBA e foi professor universitário nas Faculdades Atibaia.

O *Joio* surgiu como um website de jornalismo investigativo independente, abordando a indústria de alimentos ultraprocessados e os impactos dela na saúde coletiva. É descrito como “um projeto jornalístico que afirma a necessidade de construirmos um novo sistema econômico, que coloque o bem-estar das pessoas, dos animais e do planeta no centro” (O JOIO E O TRIGO, 2022<sup>18</sup>) em contraponto ao que chama de “poder privado”. O *Joio* possui uma abordagem contra-hegemônica com foco na investigação da indústria do agronegócio e seus problemas sociais, ambientais e econômicos e as corporações do cigarro, além do monitoramento de governos, políticas públicas e lobistas.

---

<sup>17</sup> TRÄSEL, Marcelo. **Entrevistando planilhas**: estudo das crenças e do ethos de um grupo de profissionais de jornalismo guiado por dados no Brasil. Tese (Doutorado). Porto Alegre: PUC-RS, 2014.

<sup>18</sup>Disponível em: <<https://joioeotrigo.com.br/quem-somos/>>.

Figura 1 — Página inicial do website [ojoioetrigo.com.br](http://ojoioetrigo.com.br)

Fonte: reprodução *website O Joio e O Trigo*.

A sua atuação parte do pressuposto de que o jornalismo é uma “ferramenta-chave” na sociedade e se autointitula um veículo que “aceita e valoriza a utopia”, que “busca descolonizar o imaginário para construir saídas”, que “se pauta por valores, e não por pessoas, forças político-partidárias ou econômicas” e que “assume a necessidade de o jornalismo dialogar com novas linguagens e outras áreas do conhecimento” (O JOIO E O TRIGO, 2022).

O *Joio* se estrutura em quatro principais editorias: “*lobby*”, “cultura alimentar”, “ambiente e agronegócio” e “indústria da fumaça”. O veículo distribui, toda sexta-feira, uma *newsletter* (boletim de notícias) via e-mail, chamada “Sexta Básica”, compilando matérias e conteúdos exclusivos. Em parceria com a editora Elefante, organiza a publicação de livros que tangem seus temas editoriais.

Além do material textual, em 2020, iniciou a operação de um *podcast* intitulado “Prato Cheio”, voltado a investigações sobre alimentação, com episódios semanais. Em um canal no *YouTube*, publica entrevistas em vídeo, debates, cursos e pequenos documentários. O *Joio* também possui um canal de denúncias que permite o envio de informações, documentos e sugestões de investigação, de forma anônima ou não.



Figura 2 — Área de divulgação do *podcast* no website *ojoioetrigo.com.br*

## PRATO CHEIO

Ouça o último episódio do Prato Cheio, o *podcast* do Joio sobre alimentação.



### A invenção da pobreza (de como nascem os problemas)

Os povos indígenas são pobres? Ou pobre é a régua de quem define os parâmetros de riqueza a partir do olhar dos brancos? Os Manoki são sobreviventes: ...

Ouça

Fonte: reprodução website *O Joio e O Trigo*.

A hierarquia relativa aos cargos<sup>19</sup> exercidos na administração e produção do veículo passa por edição, coordenação de projetos, gestão de redes sociais, direção de arte, design, produção-executiva, pesquisa e roteirização do *podcast* e edição da *newsletter*, até a reportagem.

Além da equipe jornalística, o *Joio* possui um conselho editorial formado por profissionais de diversas áreas:

- Caio Pompéia: antropólogo, pesquisador na Universidade de Oxford, tem doutorado em Antropologia pela Unicamp e Harvard e é e pós-doutor em Antropologia Social pela USP, autor do livro “Formação Política do Agronegócio” (Elefante, 2021) e membro do Grupo de Estudos Sobre Mudanças Sociais, Agronegócio e Políticas Públicas (CPDA/UFRRJ), com

<sup>19</sup> No momento da publicação desta pesquisa, fazem parte do *Joio* Alicia Lobato, gestora de redes sociais; Amanda Flora, editora de novas linguagens; Brenda Vidal, gestora de redes sociais; Clara Borges, designer; Denise Matsumoto, diretora de arte; João Vitor de Souza, designer; Luisa Coelho, produtora-executiva, pesquisadora e roteirista do *podcast*; Maíra Mathias, editora e repórter; Marcos Hermanson, repórter; Mariana Costa, repórter e coordenadora de projetos; Marina Estarque, editora e coordenadora de projetos; Nathália Iwasawa, produtora, pesquisadora e roteirista do *podcast*; e Tatiana Merlino, repórter e editora.

pesquisas sobre sistemas alimentares, poder, elites, meio ambiente, política alimentar e territórios tradicionais;

- Fabiana Moraes: professora do curso de Comunicação Social da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), é jornalista com mestrado em Comunicação e doutorado em Sociologia pela UFPE, com pesquisas nas áreas de mídia, imprensa, poder, raça, hierarquização social, imagem e arte. É autora dos livros “Os Sertões” (Cepe, 2010), “Nabuco em Pretos e Brancos” (Massangana, 2012), “No País do Racismo Institucional” (Ministério Público de Pernambuco, 2013), “O Nascimento de Joicy” (Arquipélago Editorial, 2015), “Jormard Muniz de Britto — professor em transe” (Cepe, 2017) e “A pauta é uma arma de combate” (2022);
- Giulliana Bianconi: jornalista formada pela UFPE e cofundadora e diretora de Desenvolvimento Institucional da organização Gênero e Número, com pesquisas sobre movimentos femininos, desigualdade de gênero e raça na América Latina. É especialista em Política e Relações Internacionais pela Escola de Sociologia de São Paulo;
- Glenn Makuta: biólogo, é ativista alimentar e coordenador de articulação de rede do Núcleo Gestor da Associação Slow Food do Brasil. É representante do movimento Slow Food na Aliança pela Alimentação Adequada e Saudável, na Comissão Organizadora da Conferência Popular de Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional e no Grupo de Trabalho Biodiversidade da Articulação Nacional de Agroecologia;
- Marciano Manoel da Silva: tecnólogo em gestão ambiental e militante do Movimento de Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), é articulador da cooperativa COOPERVIA;
- Méliissa Mialon: doutora em Nutrição, professora assistente da Trinity College Dublin e pesquisadora honorária da USP, com trabalhos na área de saúde pública. É coordenadora da rede Governança, Ética e Conflitos de Interesse em Saúde Pública (GECI-PH) e autora do livro “Big Food & Cie” (2021);

- Tainá Marajoara: ativista indígena Aruã Marajoara, é cozinheira e fundadora do Ponto de Cultura Alimentar Iacitatá e do Observatório de Cultura Alimentar e Direito Humano à Alimentação e Nutrição Adequadas.

O funcionamento do veículo depende do financiamento coletivo e doações de qualquer valor através de um programa chamado “Sementeira”.

Figura 3 — Apresentação do programa de financiamento “Sementeira”

**Bem-vindes ao programa Sementeira!**

Numa terra vasta de histórias para investigar, você doa a semente, a gente a cultiva com o maior carinho e te entrega os frutos.

**Por que precisamos de sementes?** Nosso conteúdo é produzido de forma livre do ponto de vista editorial. Financeiramente, temos como importantíssimas apoiadoras organizações da sociedade civil, que estão conosco desde 2017. Porém, elas não vão nos financiar para sempre. O intuito maior dessas parcerias é impulsionar a consolidação de O Joio e O Trigo. Agora, é a hora de começar a lançar ao campo novas sementes, para seguir colhendo jornalismo investigativo - que não é barato de fazer. Nossas apurações são aprofundadas. E inéditas. Entrevistamos muitas pessoas, visitamos lugares diversos, revelamos documentos antes "escondidos", nos dedicamos intensamente à leitura e à pesquisa, cruzamos informações. Procuramos jogar luzes sobre os problemas estruturais dos nossos tempos. Mantemos uma equipe fixa para publicar material investigativo em texto, temporadas de podcast, vídeos, fotos. Lançamos livros. Investimos na arte como forma de comunicar aliada ao jornalismo. Realizamos oficinas, exposições. Participamos de eventos diversos nas áreas de saúde e educação. Contribuímos para formação de jovens estudantes. A sua doação nos ajudará a fazer ainda mais. Seja uma semente de O Joio e O Trigo!

Se você quiser semear o jornalismo comprometido com o interesse público, escolha uma faixa de valor que caiba no seu orçamento e nos apoie nesse plantio de investigações.

Fonte: reprodução website *O Joio e O Trigo*.

Ainda, possui apoio financeiro das seguintes entidades: Aliança de Controle do Tabagismo e Saúde (ACT Promoção da Saúde); Instituto Ibirapitanga, por meio de programas sobre sistemas alimentares e equidade racial; Fundação Heinrich Böll, diretamente em duas temporadas do podcast e na construção de uma rede latino-americana de repórteres voltados à cobertura de sistemas alimentares; e Instituto Clima e Sociedade (iCS).

A audiência do veículo nas redes sociais é de 176 mil seguidores no *Instagram*, 28 mil seguidores no *Facebook*, 22,7 mil seguidores no *Twitter* e 8,23 mil inscritos no *YouTube*.

Figura 4 — Perfil do *Joio* no *Instagram*

Fonte: reprodução *Instagram O Joio e O Trigo*.

Figura 5 — Perfil do *Joio* no *Twitter*

Fonte: reprodução *Twitter O Joio e O Trigo*.

## 4 ANÁLISE

Neste capítulo, apresentamos a metodologia de pesquisa utilizada, o corpus que será analisado e, finalmente, realizamos a análise com a exposição dos sentidos encontrados.

### 4.1 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Os produtos da comunicação são sempre objetos empíricos sujeitos à análise e estabelecem uma maior profundidade ao passo que integram cada vez mais o dia a dia de quem os consome. Um desses produtos é a linguagem, que pode ser problematizada através da análise do discurso (AD). Nas pesquisas em jornalismo, a AD é uma das ferramentas possíveis para o estudo dos sentidos e vozes presentes no discurso.

Segundo Orlandi (2015), a AD busca compreender como um texto significa, através da análise da língua em seu uso discursivo e dos sentidos presentes. Dessa forma, a AD considera que a língua está presente no mundo de diversas formas, em diferentes contextos de significação e nas falas dos sujeitos, levando em conta a produção de sentidos como parte integrante de suas experiências enquanto indivíduos e membros de uma determinada sociedade.

A Análise de Discurso, como seu próprio nome indica, não trata da língua, não trata da gramática, embora todas essas coisas lhe interessem. Ela trata do discurso. E a palavra discurso, etimologicamente, tem em si a ideia de curso, de percurso, de correr por, de movimento. O discurso é assim palavra em movimento, prática de linguagem: com o estudo do discurso observa-se o homem falando. (ORLANDI, 2015, p. 15)

Benetti (2016) lembra que o discurso só pode existir na interação entre sujeitos e o texto. Portanto, o texto ocorre como produto material do discurso a partir de fluxos anteriores e exteriores a ele (BENETTI, 2007) Por isso, não é possível dissociar o discurso da realidade sócio-histórica em que ele acontece. Assim, essa materialidade está carregada de processos já em curso na sociedade. “Importa compreender que existe uma exterioridade que não apenas repercute no texto, mas que de fato o constitui e não pode ser dele apartada” (BENETTI, 2007, p. 111).

É primordial a identificação da presença de duas “camadas”, a discursiva e a ideológica. A primeira é mais perceptível e a segunda necessita da aplicação de métodos para se tornar evidente. A análise de um texto começa a partir da identificação das formações discursivas, que são áreas delimitadas de sentido, envolvidas por uma interpretação que descarta o que não se adequa àquele sentido.

A limitação do campo interpretativo é necessária porque deve-se definir “sentidos nucleares”, consolidados pela junção de “pequenos significados que constroem e consolidam aquele sentido nuclear” (BENETTI, 2007, p. 112). Os trechos que selecionamos de forma arbitrária para análise dos sentidos, a partir da pergunta de pesquisa, são chamados de sequências discursivas.

Ainda para Benetti (2007), além das formações discursivas e da identificação dos principais sentidos, deve-se ater aos outros discursos que transpassam o discurso jornalístico. Nesta pesquisa, por exemplo, falamos sobre os sentidos em torno da fome, desde a perspectiva histórica brasileira das definições de fome, da perspectiva científica de insegurança alimentar e sua graduação, até o contexto político-social da fome no entendimento do Estado e as ações para contê-la.

O aporte externo dos discursos além do jornalístico ajuda a entender o uso de certas expressões e o posicionamento do jornalista-indivíduo e, principalmente nesta pesquisa, do jornalista-instituição, na concepção editorial do jornal *O Joio e O Trigo*. Orlandi (2015) estabelece que, para analisar o discurso, deve-se considerar que a linguagem funciona por meio da tensão entre processo parafrásticos e polissêmicos. Ou seja, aqueles que mantêm algo constante por todo o discurso, “o dizível, a memória” e que produzem “diferentes formulações do mesmo dizer já sedimentado” (ORLANDI, 2015, p.36), e aqueles que implicam em deslocamentos e rupturas de processos de significação.

Além disso, há um estado fundamental da linguagem: a incompletude (ORLANDI, 2015). Tanto os sujeitos quanto os sentidos e os discursos estão inacabados, mas sempre em processo de construção. Isso é essencial para a existência de sujeitos e sentido, que nasçam dessa tensa relação. Entendendo a relação entre paráfrase e polissemia, busca-se também entender como o político e o linguístico se relacionam na formação dos sujeitos e na produção de sentidos com marcadores ideológicos (ORLANDI, 2015).

#### 4.1.1 Corpus

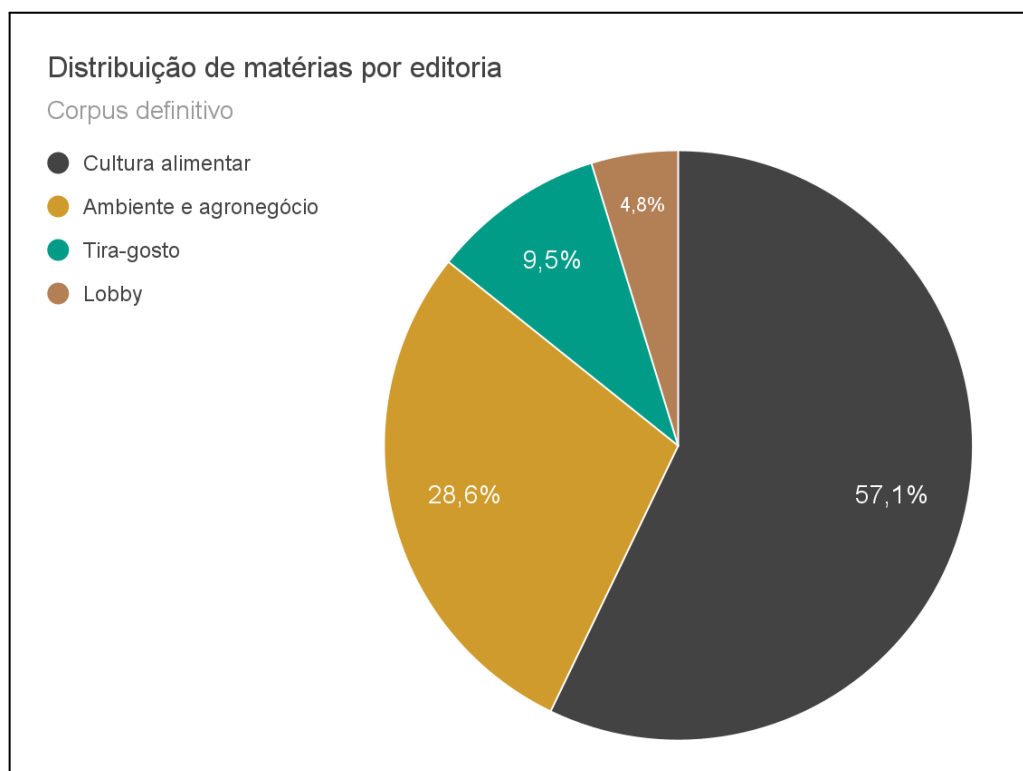
Construímos o corpus desta pesquisa a partir da ferramenta de busca do próprio site do *Joio*. Decidimos analisar todas as matérias publicadas em 2022 sobre o tema da pesquisa. Para isso, buscamos os termos “fome” e “insegurança alimentar” no campo de pesquisa, obtendo inicialmente 56 textos. Vale ressaltar que o site não disponibiliza qualquer outro filtro, portanto a seleção de cada matéria teve que ser feita manualmente, com atenção ao tema e à data de publicação.

O *Joio* divide suas matérias nas editorias de “cultura alimentar”, “ambiente e agronegócio”, “lobby” e “indústria da fumaça”. Ainda, entre as 56 publicações selecionadas, aparece a classificação “tira-gosto”, um tipo de editoria onde são publicados textos explicativos e não propriamente reportagens.

A partir da leitura de cada uma das 56 matérias, identificamos três eixos temáticos principais: a) a relação entre alimentação e saúde, b) a atuação do agronegócio e c) fome e insegurança alimentar. A relação entre alimentação e saúde está presente em textos sobre a qualidade dos alimentos, doenças provocadas por ultraprocessados, uso de agrotóxicos e sobre a importância da agroecologia, da alimentação orgânica, da agricultura familiar e dos órgãos fiscalizadores. O tema da atuação do agronegócio se apresenta em matérias sobre a ocupação de terras indígenas e terras do MST, grilagem, desmatamento, degradação ambiental, baixa tributação de impostos sobre as grandes empresas e falta de regulação e fiscalização.

Embora a fome seja citada nos textos dos dois primeiros temas, não é o eixo principal desta análise. Por isso, selecionamos apenas as matérias que pertencem à terceira categoria: fome e insegurança alimentar. Assim, o corpus consolidado da pesquisa é composto por 21 textos (Figura 6), sendo 12 da editoria “cultura alimentar”, 6 de “ambiente e agronegócio”, 2 “tira-gosto” e 1 da editoria “lobby”.

Figura 6 — Gráfico de distribuição de matérias por editoria



Fonte: elaborado pela autora.

Os 21 textos foram publicados entre 7 de fevereiro e 17 de novembro de 2022. Apresentamos a seguir (Quadro 2) a relação dos textos que compõem o corpus. No Anexo, incluímos a lista completa, com as linhas de apoio e os links de cada matéria.

Quadro 2 — Corpus da análise

TEXTO	DATA	EDITORIA	TÍTULO
T1	07/02	CULTURA ALIMENTAR	Estudo do Unicef mostra aumento da insegurança alimentar e alto consumo de ultraprocessados entre crianças do Bolsa Família durante a pandemia
T2	15/03	CULTURA ALIMENTAR	Como a redução histórica de recursos destinados à segurança alimentar afeta a população brasileira
T3	13/04	AMBIENTE E AGRONEGÓCIO	Mar de soja invade ilhas de produção de alimentos no Mato Grosso



TEXTO	DATA	EDITORIA	TÍTULO
T4	20/04	AMBIENTE E AGRONEGÓCIO	Opulência, segregação social e fome nas capitais do agronegócio
T5	17/05	AMBIENTE E AGRONEGÓCIO	No sertão, a fome não vem da seca
T6	30/05	AMBIENTE E AGRONEGÓCIO	“Temos que voltar a discutir reforma agrária no Brasil”, diz ex-ministra do Desenvolvimento Social
T7	08/06	CULTURA ALIMENTAR	33 milhões passam fome no Brasil, diz pesquisa
T8	08/06	CULTURA ALIMENTAR	Fome atinge 22% dos produtores rurais e agricultores familiares
T9	21/06	CULTURA ALIMENTAR	Pular refeição, dormir sem comer e cozinhar com lenha: Como é viver com fome
T10	13/07	CULTURA ALIMENTAR	“O Brasil precisaria de uma CPI da Fome”, diz pesquisadora
T11	26/07	AMBIENTE E AGRONEGÓCIO	Desmonte de políticas públicas impede avanços da agricultura familiar em Mato Grosso
T12	22/08	TIRA-GOSTO	Por que fome e insegurança alimentar são coisas diferentes
T13	07/09	CULTURA ALIMENTAR	Renda básica, estoques reguladores, apoio à agricultura familiar: veja o que os presidentiáveis propõem sobre alimentação, agricultura e fome
T14	21/09	TIRA-GOSTO	Tudo o que sabemos sobre as relações entre agronegócio e fome
T15	04/10	AMBIENTE E AGRONEGÓCIO	Conheça os estados que mais elegeram parlamentares com compromisso ambiental e combate à fome
T16	13/10	LOBBY	Com presidente representante da indústria, conselho de combate à fome vive estagnação
T17	20/10	CULTURA ALIMENTAR	Dos 10 estados onde mais se passa fome, 9 votam em Lula
T18	24/10	CULTURA ALIMENTAR	Entenda por que a fome aumentou no governo Bolsonaro
T19	27/10	CULTURA ALIMENTAR	Cercados pelo agronegócio, agricultores familiares e indígenas sofrem com insegurança alimentar no Cerrado
T20	08/11	CULTURA ALIMENTAR	Fome: quais caminhos o governo Lula precisa adotar em 2023?
T21	17/11	CULTURA ALIMENTAR	Recursos da alimentação escolar parados em conta, enquanto mães solo quilombolas e rurais do Nordeste vivem insegurança alimentar

Fonte: elaborado pela autora.

## 4.2 ANÁLISE

Partindo da análise aprofundada dos 21 textos selecionados, foi possível identificar dois sentidos principais que norteiam a produção dos sentidos nas matérias do *Joio* sobre a realidade da insegurança alimentar no Brasil no ano de 2022. As duas formações discursivas são: “A fome como um problema político” e “A fome como experiência cotidiana”. Os sentidos estão contidos ao longo de 64 sequências discursivas. A primeira formação concentra 51 SDs, e a segunda 14 SDs.

As SDs foram organizadas pela numeração do texto (Quadro 2) de onde foram retiradas e numeradas de forma contínua. Portanto, a sinalização “T2, SD3” significa que a SD3 está localizada no segundo texto. Assinalamos em negrito as maiores evidências do sentido e, entre parênteses, após cada trecho, sinalizamos o texto e a SD.

### 4.2.1 A fome como um problema político

O *Joio* tem seu enfoque na alimentação, por isso procura explicar as causas da fome e por que ela voltou a assolar mais de 30 milhões de brasileiros. Presente na maior parte dos textos analisados, essa formação discursiva ancora-se na investigação, por meio de dados, documentos e entrevistas a especialistas.

Há de se notar o reconhecimento da crise sanitária provocada pela pandemia de Covid-19 como um dos agravantes da insegurança alimentar:

O levantamento do Unicef, publicado em dezembro, mostrou que, **durante a pandemia, 72% das crianças com menos de 6 anos de idade beneficiárias do Bolsa Família receberam alimentação insuficiente** ou deixaram de fazer refeições em função da diminuição na renda de suas famílias. (T1, SD1)

“A pesquisa mostrou o quanto **a crise sanitária agravou a situação de insegurança alimentar vivida pelas famílias mais pobres do país** e também deixou clara a fragilidade do nosso sistema alimentar”, comenta a nutricionista e oficial de saúde do Unicef Stephanie Amaral. (T1, SD2)

O jornal considera, porém, que essa não é a única ou a maior causa da fome, como deixam claro as sequências discursivas a seguir:

As análises e os dados divulgados pela Penssan **evidenciam que a pandemia da covid-19 agravou a situação da subalimentação e das desigualdades regionais no Brasil, mas ressaltam que, mesmo antes de 2020, a insegurança alimentar já crescia** a níveis não vistos desde o início dos anos 2000. (T5, SD17)

Responsabilizar a pandemia de covid-19 por esses números pode ser uma saída fácil para escapar das **escolhas políticas que nos trouxeram até aqui**. É necessário lembrar que **o vírus foi um dos fatores: não o único, muito menos o principal**. (T18, SD47)

Portanto, faz-se o esforço de ir além, em busca de outros motivos. Cria-se o sentido que demonstra que a mudança do paradigma político de governo (como pontua a SD47, destacada acima) trouxe políticas de austeridade, precarização do trabalho e, no geral, um Estado menos presente. Isso, entretanto, não foi definido a partir das eleições presidenciais de 2018, mas a partir do golpe de 2016. O *Joio* trata o aumento da insegurança alimentar como um reflexo do neoliberalismo.

No Brasil de hoje, **a insegurança alimentar é um dos retratos da situação de precariedade laboral, com a retirada de direitos pela reforma trabalhista de 2017** e o avanço de novos modelos de emprego marcados pela instabilidade – caso dos trabalhadores de aplicativos como Uber e iFood. É o caso do Altemício do Nascimento, de 54 anos, que hoje trabalha como entregador de refeições. (T12, SD33)

**Apesar da política de morte encampada pelo governo nos últimos quatro anos, não foi na gestão Bolsonaro que a escalada da fome começou**. A Pesquisa de Orçamento Familiares (POF) de **2017-2018**, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), apontou que 84,9 milhões de pessoas sofriam com alguma dificuldade para adquirir comida. À época, a fome era realidade para pelo menos 10,3 milhões de pessoas. O então **governo Michel Temer** atribuiu o problema ao desemprego. **Uma relação neoliberal de mão única**: não trabalha, não recebe salário, não come. A saída passou pelo **encolhimento do Estado com o afrouxamento dos direitos trabalhistas e pela austeridade fiscal** em forma de desinvestimento do poder público em ferramentas de proteção social. Assim, **aprovou-se a Reforma Trabalhista** sob a promessa de gerar empregos (informais, sem direitos e garantias) e uma **Emenda Constitucional (PEC 95) que congelou os gastos públicos primários**, como saúde e educação, por 20 anos, para supostamente controlar o endividamento público. (T18, SD48)

As políticas neoliberais facilitaram processos que vão de encontro ao combate à fome, como o avanço do agronegócio, que produz *commodities*<sup>20</sup>, geralmente com a perspectiva de exportação, e o esvaziamento da agricultura

---

<sup>20</sup> *Commodities* são produtos agropecuários ou de extração mineral, em estado bruto ou com baixo grau de industrialização, que são produzidos em grande quantidade e destinados principalmente ao comércio internacional. Seus preços são influenciados por uma série de fatores, como a oferta e demanda global, condições climáticas, políticas e flutuações cambiais, por exemplo.

familiar, que produz alimentos para consumo. Um ponto importante nesse sentido é a tomada de terras da agroecologia<sup>21</sup> pelo agronegócio com a lógica da monocultura, muitas vezes obtida através da grilagem<sup>22</sup>.

Num país como o Brasil, a agricultura familiar tem um papel fundamental na produção dos alimentos mais consumidos. **Nos últimos anos, tornou-se mais clara a competição do agronegócio por áreas de florestas públicas, terras indígenas e... agricultura familiar. Pequenos produtores relatam como tem sido difícil permanecer na terra**, seja por pressão econômica, seja por violência, grilagem e ameaças. (T14, SD37)

**A agricultura familiar foi reduzida em 2,2 milhões de trabalhadores**, ao passo que **a agricultura não familiar teve aumento de 703 mil vagas**. Um dos fatores é a maior mecanização do trabalho, em especial o crescimento do número de tratores. Mas **a perda de áreas da produção de alimentos, convertidas para a produção de commodities, também tem um papel nessa equação**. De novo, vale a ressalva de que, cinco anos depois, a situação real é provavelmente pior. (T14, SD38)

“O agronegócio brasileiro alimenta um bilhão de pessoas.” Só que não. Nem é preciso ir longe para checar a realidade: em 2022, qualquer brasileiro está a alguns passos de um outro brasileiro passando fome – se é que ele mesmo não está passando fome. **O agronegócio produz milhões de toneladas de grãos (soja e milho à frente) e de carnes. Mas, cada vez mais, o sistema de produção em larga escala é contestado não apenas por descumprir a promessa de erradicar o problema da fome, como por potencializar essa questão**. Como é possível? (T14, SD36)

**O agronegócio é guiado pela busca do lucro a qualquer custo**. Os brasileiros têm vivido essa situação no dia a dia. **A desvalorização do real, ocorrida nos últimos anos, tornou os produtos do agronegócio ainda mais atraentes para outros países**. Com isso, o arroz teve fortes altas em 2020. No mesmo período, a carne bovina também sofreu elevação, decorrente do apetite do mercado chinês, o que também puxou pra cima os preços das carnes suína e de frango, e dos ovos. Para piorar, **os melhores produtos vão ao exterior**. (T14, SD40)

Os esforços que tornaram possível a saída do Brasil do Mapa da Fome, em 2014, durante o governo de Dilma Rousseff, não garantiram que o mesmo cenário fosse mantido nos governos seguintes. Longe de ser um problema circunstancial, **a situação que temos hoje no terceiro maior produtor de comida do mundo é fruto de uma gestão pública voltada aos interesses do agronegócio exportador em paralelo com o desmonte de políticas públicas que garantiam a comida no prato**. (T18, SD46)

São justamente as políticas públicas o ponto principal na explicação das causas da fome.

**O cenário, entre outras coisas, é resultado do desmonte de políticas sociais** e da falta de atuação do governo Bolsonaro durante a pandemia, já

<sup>21</sup> Agroecologia é um conjunto de práticas agrícolas que constroem estilos de agricultura de base ecológica com ideais da sustentabilidade numa perspectiva multidimensional.

<sup>22</sup> Grilagem é uma prática ilegal que consiste em falsificar documentos de propriedade de terras para ocupação e posterior venda dessas áreas.

que o “próprio Estado era um agente desorganizador do combate à pandemia”, analisa a economista<sup>23</sup>, que integrou a equipe que criou o Bolsa Família, em 2003, durante o governo Lula, e coordenou a criação do Plano Brasil Sem Miséria, em 2011, no governo Dilma. (T6, SD22)

É explicitamente pontuado nos textos T2 e T18, por exemplo, o desmonte de programas sociais, seja na diminuição dos repasses de verbas na elaboração de orçamentos, seja na demissão de funcionários públicos responsáveis pela articulação das políticas de segurança alimentar.

“Para além da falta de prioridade do governo, a gente ainda tem o fato de que **a secretaria** [Secretaria Nacional de Inclusão Social e Produtiva] a que o projeto<sup>24</sup> estava vinculado **foi esfacelada por completo**. O menor orçamento foi o de 2006, com R\$ 63 milhões. O orçamento de 2021 foi de R\$ 61 milhões e sem operação”, disse Pires<sup>25</sup>. Esse valor corresponde ao orçamento inicial previsto a partir da lei orçamentária sancionada por Bolsonaro. Mas esse recurso pode ser alterado tanto para baixo quanto para cima. No Painel do Orçamento Federal, onde estão disponíveis todas as ações do governo, consta que **o orçamento de 2021 foi reduzido pela metade e a previsão de recurso para 2022 é de apenas R\$ 46,7 milhões**. (T2, SD4)

Em 2019, o **governo Bolsonaro demitiu servidores da área de Segurança Alimentar e Nutricional** responsáveis por conduzir programas de segurança alimentar em âmbito federal; No primeiro ano de mandato, o governo desativou uma parte dos estoques públicos de arroz, que garantem o abastecimento de pequenos agricultores e regulam os preços do mercado de alimentos básicos. (T18, SD49)

O *Joio* aprofunda o olhar sobre as políticas públicas, tanto apresentando o histórico delas (assim como descrevemos ao longo do segundo capítulo deste trabalho), como exemplificando a forma com que elas afetam, na prática, a vida da população. O acesso à água, por exemplo, só é possível em certas áreas do país e em certos meses do ano pelo Programa de Cisternas. O desmonte desse programa causa a falta de água para regar plantações, para beber ou até mesmo para fazer comida.

**A única forma de se obter água potável é por meio da cisterna** — uma tecnologia desenvolvida por um sergipano e que foi incorporada a um programa do governo federal em 2003, no mandato Lula, após articulação da sociedade civil. A tecnologia coleta água da chuva e a armazena em reservatórios construídos no quintal das casas. **Só que Aricelia ainda não teve acesso à cisterna, portanto, não conta com uma fonte própria de água para beber, cozinhar e muito menos plantar**. Segundo o próprio

<sup>23</sup> Tereza Campello, professora, pesquisadora e ex-ministra do Desenvolvimento Social e Combate à Fome do governo de Dilma Rousseff.

<sup>24</sup> Projeto “Acesso à Água para Consumo Humano e Produção de Alimentos na Zona Rural”.

<sup>25</sup> Alexandre Pires, coordenador da Articulação do Semiárido Brasileiro (ASA).

Ministério da Cidadania, 1,4 milhão de famílias brasileiras estão na mesma condição que ela. (T2, SD3)

A conhecida e histórica situação de subnutrição e pobreza que atinge ainda hoje em maior escala as regiões Norte e Nordeste do país também vale para as áreas rurais brasileiras, segundo os dados da Pennsan. **Nessas regiões, por todo o país, a insegurança alimentar grave se mostrou uma realidade em 12% dos domicílios, especialmente onde não há disponibilidade de água adequada para consumo humano, produção agrícola e uso animal.** (T5, SD19)

A desarticulação do Programa de Aquisição de Alimentos volta a remeter ao avanço do agronegócio, uma vez que o PAA garante a renda de agricultores familiares e estimula a economia local. Além disso, o PAA também possibilita uma política mais robusta de estoque e distribuição de alimentos, que foi prejudicada. O *Joio* possui uma diversificada seleção de fontes para abordar a questão das políticas públicas, utilizando ainda dados e recuperando matérias antigas do próprio veículo, que ajudam a situar o leitor no espaço temporal dos acontecimentos.

Entre elas, a extinção do Consea, o Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – um dos primeiros atos de governo do presidente – a venda de armazéns públicos da Conab e **a diminuição dos recursos destinados ao PAA, o Programa de Aquisição de Alimentos, que compra produtos da agricultura familiar e destina a famílias pobres ou escolas públicas.** (T7, SD25)

Para o agrônomo Leonardo Melgarejo, membro da Sociedade Brasileira de Agroecologia, **o aumento da fome no campo reflete a eliminação de políticas públicas voltadas à população rural e a prioridade dada pelo governo ao agronegócio.** “O fim das políticas de aquisição de alimentos da agricultura familiar, a inexistência de estoques reguladores e estruturas de mercado desestimularam a produção de alimentos, trazendo inflação e fome”, avalia ele, que lembra também a extinção do Ministério do Desenvolvimento Agrário, em 2016. (T8, SD26)

Entre as principais políticas de incentivo à produção rural está o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), transformado em 2021 no Alimenta Brasil (PAB). **Desde 2019 temos documentado no Joio o desmonte do PAA, que chegou a ficar praticamente sem recursos no ano passado.** (T11, SD31)

Logo, o Programa Nacional de Alimentação Escolar, sem ajustes desde 2017 e que depende da comida adquirida pelo PAA para os repasses à rede pública de educação, também foi enfraquecido. O Pnae é especialmente importante para crianças em situação de vulnerabilidade, que muitas vezes dependem da alimentação escolar como uma das principais fontes de nutrição. A insegurança

alimentar grave pode ter efeitos negativos sobre a saúde, o desenvolvimento cognitivo e o desempenho escolar dessas crianças.

A analista de licitações com experiência em fiscalização na execução dos recursos do Pnae, Joana Barbosa, avalia que deixar recursos parados em conta destoa do que vive **boa parte dos municípios que reclamam do baixo orçamento do programa, que, inclusive, não é reajustado desde 2017**. “Ouço muitas pessoas reclamarem que o recurso que o FNDE repassa é pouco. Se é pouco, não é para ter nada na conta. No meu entendimento, é para estar zerada esta conta”, explica. (T21, SD58)

**A má gestão dos recursos do Pnae pelos municípios respinga nas famílias que contam com a merenda escolar.** O último Inquérito Vigisan apontou que metade das famílias com crianças menores de dez anos da região Nordeste tem dificuldade de conseguir alimento. Considerando que essa faixa etária envolve a idade escolar, grande parte dessas famílias são atendidas pelo Programa de Alimentação Escolar (Pnae). (T21, SD63)

Assim como explica as causas da fome, o discurso do *Joio* também aborda as soluções para o problema, o que parece simples: o inverso das causas. Se de um lado o desmonte de políticas públicas leva ao desamparo, a retomada das mesmas políticas, que uma vez já reduziram a fome, deve ser a prioridade. Isso significa destinar mais recursos orçamentários e humanos ao PAA, ao Pnae e ao Programa Cisternas, por exemplo.

O **recurso do PAA** chegou ao conhecimento dos moradores de Pilão Arcado de última hora. Embora tenha durado apenas três meses, **abriu uma porta para a jovem Angela Souza Santos**, 19 anos, da comunidade Jatobá. **A possibilidade de vender para o programa foi um incentivo para que ela desse início ao próprio negócio e ajudasse na renda familiar**. “A gente fez três entregas de petas e hortaliças. Só de petas nós fornecemos um total de R\$ 3 mil, foi biscoito pra danar, só sei que encheram o carro e levaram tudo”, contou. (T2, SD9)

Ao analisar a saída do Brasil do Mapa Mundial da Fome, em 2014, Tereza Campello, então ministra do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, destacou que **esses bons resultados deviam-se ao investimento federal em políticas nacionais de enfrentamento à subalimentação, como o Bolsa Família e o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), criados no âmbito do Fome Zero para ampliar o acesso à renda e à alimentação de qualidade no país**. “Para um país conseguir combater a fome tem que colocar o pobre no centro da meta e **transformar aquilo em prioridade**. Se não assumir que combater a fome é essencial, ela não vai acabar”, afirmou Campello na ocasião. (T5, SD18)

O enfrentamento à fome em um novo governo deveria tomar uma série de medidas, avalia Campello, em entrevista ao *Joio*. **“A começar olhando para as políticas exitosas e reconhecidas pela FAO para que a gente tivesse tido tanto sucesso na superação da fome ao longo daqueles 13 anos”**, diz. Embora avalie que não se alimenta hoje o Brasil sem parte da

produção do agronegócio, Campello defende a necessidade de democratizar a terra no Brasil. “Hoje tem uma parcela da população no campo que produz alimentos, com milhões de propriedades, mas numa área minúscula. E meia dúzia de milionários donos de um território gigantesco. Então existe a necessidade de se rediscutir a questão fundiária no Brasil.” (T6, SD23)

Os esforços, entretanto, não estão somente na demonstração do que um dia deu certo e pode voltar a funcionar. O *Joio* se destaca ao transcender o limite do óbvio, aquilo que nunca foi efetivamente realidade mas que é proposto por especialistas.

Exemplos desse empenho são os textos que mostram como as hortas comunitárias podem resolver tanto o problema da fome, com a produção de alimentos saudáveis e de baixo custo, que podem ser consumidos pelas próprias comunidades, quanto problemas econômicos, se os alimentos forem vendidos para gerar renda.

De lá, seguimos com ela até uma área onde, após muita luta, junto com outros moradores do bairro, ela está criando uma horta comunitária. **Numa cidade marcada por assistencialismo, produzir alimento de forma comunitária em vez de receber doações de cesta básica é algo inédito.** Para ter acesso a alimentos frescos, os moradores do bairro Bom Jardim precisam percorrer seis quilômetros e atravessar a BR para chegar à feira, que acontece uma vez por semana. Ou, nos mercadinhos locais, revende-se alimentos, mas todos a um preço muito alto. “A ideia de fazer uma horta aqui surgiu por isso também. **E o agronegócio não dá emprego e não produz comida. Aqui, a maioria produz soja, e a soja não é para comer.**” (T4, SD14)

A moradora atribui a demora em se viabilizar o projeto ao seguinte: “a fome é um projeto. **Como se combate a fome?**”, questiona. “**Tinha um pedaço de terra, gente passando fome, inclusive eu. E por que não podemos ter acesso à terra?** Porque não existe interesse em combater a fome”, analisa. (T4, SD15)

Além disso, os textos também sugerem políticas de crédito, distribuição e abastecimento mais centradas na agricultura familiar de menor porte.

“É um problema social que **não tem relação com a produtividade [agrícola]**, mas com quem está produzindo, armazenando e distribuindo. Não disseram lá atrás que iam aumentar a produtividade e, com isso, a fome ia diminuir?! A fome só aumenta porque **o problema não está no campo. Ao contrário, a saída tá ali**, nas organizações de base que vão **produzir essas riquezas e fazer circular no município**”<sup>26</sup>. (T5, SD21)

---

<sup>26</sup> Fábio Santiago, agrônomo e coordenador do projeto Algodão em Consórcios Agroecológicos pela organização civil Diaconia.



Ela<sup>27</sup> aponta que **o combate à fome** para o novo período deve incorporar **políticas de curto prazo, como as ações de distribuição de alimentos para a população mais necessitada**, mas que **precisam estar integradas com medidas de médio e longo prazo, ligadas a outras políticas sociais, com foco na agricultura familiar**. “Pensar a política agrária, mas pensar também uma política agrícola que vá desde o crédito até a distribuição, passando pelo beneficiamento, a agregação de valor, fortalecendo as agroindústrias que possam também gerar emprego para a juventude no campo”, defende. (T20, SD54)

Ele<sup>28</sup> aponta a política de **abastecimento como prioridade para o avanço do combate à fome** em um próximo governo Lula e os Ceasas devem integrar essa política junto com Companhia Nacional de Abastecimento (Conab). “O Brasil tem uma infraestrutura fantástica. Nós temos quase 60 Ceasas no Brasil. As Ceasas são praticamente todas públicas, isso tem que avançar, tendo uma política geral de abastecimento. Ainda mais agora, numa situação de alta de preços.” (T20, SD55)

Outra política que deve ser observada em um próximo governo Lula é a situação dos **estoques estratégicos**, que praticamente deixaram de existir no governo Bolsonaro, um processo de desmonte iniciado ainda durante o governo Michel Temer, como já mostrou o Joio. (T20, SD56)

A necessidade do acesso à terra, tanto afetado pela grilagem e o avanço do agronegócio, se traduz na implantação da Reforma Agrária concomitantemente à valorização da agricultura familiar. A agroecologia também tem papel importante na equação para o desenvolvimento rural familiar que precisa resistir às mudanças climáticas e para a produção sustentável na preservação da biodiversidade, do solo e da água.

O enfrentamento à fome em um novo governo deveria tomar uma série de medidas, avalia Campello, em entrevista ao Joio. “A começar olhando para as políticas exitosas e reconhecidas pela FAO para que a gente tivesse tido tanto sucesso na superação da fome ao longo daqueles 13 anos”, diz. Embora avalie que não se alimenta hoje o Brasil sem parte da produção do agronegócio, Campello **defende a necessidade de democratizar a terra no Brasil**. “**Hoje tem uma parcela da população no campo que produz alimentos, com milhões de propriedades, mas numa área minúscula. E meia dúzia de milionários donos de um território gigantesco. Então existe a necessidade de se rediscutir a questão fundiária no Brasil.**” (T6, SD23)

Para Guilherme Delgado, que é doutor em economia e atuou por 30 anos como pesquisador do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), **os programas chamam a atenção pela ausência de menção à concentração fundiária como problema a ser enfrentado**. (T13, SD35)

**No mesmo município onde se intensifica a convivência com as queimadas, o desmonte de políticas públicas e o avanço da fome, iniciativas de valorização da agricultura familiar e preservação ambiental surgem como estratégia de sobrevivência nas comunidades**

<sup>27</sup> Débora Nunes, parte da coordenação nacional do Movimento de Trabalhadores Rurais Sem Terra.

<sup>28</sup> Walter Belik, professor titular aposentado de Economia Agrícola do Instituto de Economia da Unicamp e fundador do Instituto Fome Zero.

**rurais.** Uma dessas ações é o projeto Algodão em Consórcios Agroecológicos, coordenado pela organização civil Diaconia com apoios de fundos internacionais, que chegou a São Raimundo Nonato em 2018 para levar a famílias agricultoras da região formações práticas de manejo agroecológico, cultivo e venda de algodão e alimentos orgânicos. O projeto já chegou a cerca de 230 comunidades do semiárido e gerou renda a mais de duas mil famílias espalhadas por sete estados nordestinos. Sua proposta é **aproximar pequenos agricultores do comércio justo e do mercado orgânico, além de garantir renda e segurança alimentar a suas famílias.** (T5, SD20)

É pertinente, quando falamos da produção desse sentido, apontar uma matéria em específico que trata justamente dos passos necessários para se combater a fome. O texto T20 “Fome: quais caminhos o governo Lula precisa adotar em 2023?” é, em suma, uma agregação de todos os pontos apresentados como soluções ao longo das produções do *Joio* em 2022.

#### 4.2.2 A fome como experiência cotidiana

O impacto do desmonte de políticas públicas de segurança alimentar é, objetivamente, o aumento da fome. O comum é tratar disso apoiando-se em dados, pesquisas, entrevistas com especialistas, o que o *Joio* definitivamente faz. Porém, o que diferencia as práticas e evidencia a proposta do jornalismo independente é a aproximação com quem está mais acometido pela realidade da insegurança alimentar grave.

O que falam as pessoas que passam fome? O que sentem e como descrevem o que sentem? Nos cinco textos que tratam de mostrar o dia a dia e as perspectivas de quem passa fome, não é incomum o emprego das citações diretas. A partir disso, o *Joio* constrói uma ponte entre o sentido teórico da insegurança alimentar e a sensação fisiológica da fome.

É recorrente, por exemplo, o uso da expressão “se virar” por quem convive com dificuldades de obter alimentos. Os personagens precisam, de alguma forma, sobreviver. Essas pessoas recorrem ao assistencialismo, na medida em que ele estiver disponível, seja do Estado ou da sociedade civil. Em um estado de subsistência, poucos conseguem, por falta de recursos naturais ou financeiros, produzir sua própria comida. Dependem, portanto, de forças externas.

**Sem renda fixa**, seu João e sua companheira, dona Tereza, se alimentam quando conseguem bicos (ela, como diarista). Quando não, **“vamos se virando do jeito que nós pode**. Mas quase todo mês **vem a turma das igrejas evangélicas e volta e meia traz uma cesta básica pra nós”**. (T4, SD11)

Foi assim que os ultraprocessados entraram na vida de Ariana. **Hoje ela vive da renda do Programa Auxílio Brasil e, para garantir o máximo de itens na cesta, recorre aos produtos industrializados**. “As coisas estão muito caras, então, eu compro bolacha, óleo, macarrão. Antes, isso dava para uns 20 dias, aí o resto do mês a minha mãe complementava quando podia”, explica a agricultora. **Quando a dispensa fica vazia e a ajuda da mãe acaba, ela conta com eventuais doações da comunidade e torce para que apareça uma “diária no roçado”**. Geralmente, o valor pago por um dia de trabalho, capinando ou plantando em roças particulares, é de R\$ 50. De todas essas alternativas, apenas a renda do auxílio e a ajuda da mãe são seguras. **“A gente vai se virando, come o que aparece.”** (T19, SD51)

Não raro as fontes falam sobre alguns condicionantes que impossibilitam uma alimentação mais robusta, como o preço do gás de cozinha.

Por exemplo, a entrega do botijão de gás sai mais caro, o que tem um peso considerável para quem ganha salário mínimo. “São dez reais. **Então, agora tá dando 140 reais um botijão**. E pode colocar que vai um botijão por mês. Eu faço almoço, vamos dizer, arroz e feijão. De noite só esquentar, faz um ovo ou uma sardinha, algo do tipo, pra economizar o gás, porque é muito difícil.” (T4, SD12)

Sem ajuda do pai de seus filhos e sem poder trabalhar por conta de problemas de saúde, na cidade ela teve de mudar várias vezes de casa, porque a renda como empregada doméstica era insuficiente para pagar aluguel e arcar com as outras despesas. Foi morar no Carrasco, porque o aluguel era mais baixo. **“Na realidade faço o que eu posso, compro o que der, e vamos vivendo do jeito que dá**. De vez em quando tem uns vizinhos que me ajudam, me dão umas coisinhas, **e cozinheiro mais na lenha pra economizar”**, conta Maria Irani. (T21, SD62)

Procuramos selecionar os itens de alimentação que aparecem nas sequências discursivas e que comumente formam a base da alimentação das pessoas em situação vulnerável. Aparecem de forma recorrente o pão, ovo, feijão, bolacha, cuscuz, café, macarrão e, quando há alguma carne, é de frango ou sardinha.

Por exemplo, a entrega do botijão de gás sai mais caro, o que tem um peso considerável para quem ganha salário mínimo. “São dez reais. Então, agora tá dando 140 reais um botijão. E pode colocar que vai um botijão por mês. **Eu faço almoço, vamos dizer, arroz e feijão. De noite só esquentar, faz um ovo ou uma sardinha, algo do tipo**, pra economizar o gás, porque é muito difícil.” (T4, SD12)

Além de deixar de se alimentar para garantir comida para as crianças, muitas vezes elas tiveram que dormir com fome. **A saída é “fazer um**

**cafezinho, um cuscuz e ir dormir**”, conta Angela. “As crianças ficam pedindo as coisas, a gente fica agoniado. Aí já dói por dentro. A primeira coisa que amanhece o dia eles querem pão e o leite: ‘Vó, eu quero pão, eu quero leite’”. (T9, SD28)

No cardápio semanal [da escola], Géssica e a mãe afirmam que é servido, duas vezes por semana, **“biscoito [tipo maizena] e suco de polpa”**. **Uma refeição comum é arroz, feijão, frango, macarrão e salada de couve. Antes de sair para escola, a garota costuma tomar café e comer cuscuz.** Mas, segundo a mãe da criança, “às vezes, ela toma só café, pois não tem nada para comer”. Géssica conta que, nos dias em que sai só com o café na barriga, “chego ruim na escola! Eu fico quieta no meu canto, espero dar 9h [hora do lanche]. Eu queria que tivesse logo comida para comer quando chegar”. (TS21, SD64)

Já é quase hora do almoço, mas **na casa de dona Angela não há cheiro de comida**, não tem panela apitando, nem som de comida no fogo. Não há nenhum sinal de que a família esteja preparando uma refeição. **“O que vocês vão comer hoje?”, perguntamos. “A gente ainda vai ver. Ovo, uma coisa básica”**, responde Aliny, filha de Angela. Nos últimos anos, os itens da despensa da família de Antônia Angela Soares, de 48 anos, foram desaparecendo. No dia da nossa conversa, no armário da cozinha só havia massa de trigo. **“E na minha casa, não tem nada”**, diz Aliny, enquanto sua filha mais nova brinca com um aparelho de celular e chupa um pirulito. (T9, SD27)

- E aí não sobrou para os adultos?
- Não sobrou. **Nós adultos se vira. Toma água que passa.** (T12, SD34)

O que resguarda uma chance de alimentação regular para as crianças é a merenda escolar. Nesses casos, os adultos “se permitem” comer o que há em casa, já que normalmente priorizariam dar de comer para os filhos. Porém, se não há alimentação adequada, são frequentes os relatos de dores, tonturas e fraquezas nas crianças. O relato dessas sensações é o que engaja, comove e aproxima o leitor.

**Além de deixar de se alimentar para garantir comida para as crianças, muitas vezes elas tiveram que dormir com fome.** A saída é “fazer um cafezinho, um cuscuz e ir dormir”, conta Angela. **“As crianças ficam pedindo as coisas, a gente fica agoniado. Aí já dói por dentro. A primeira coisa que amanhece o dia eles querem pão e o leite: ‘Vó, eu quero pão, eu quero leite’”**. (T9, SD28)

A quilombola Maria Aparecida ressalta que só consegue sustentar ela e o filho de 9 anos porque a escola oferece alimentação. Ele estuda em tempo integral na Escola Manoel João da Silva, que fica na comunidade Carrasco. “Dá para quase um mês [Auxílio Brasil] devido aos dias que ele passa na escola. Ele faz a refeição completa, passa o dia todo na escola, só vem para casa de noite.” Maria Aparecida reitera o papel da alimentação escolar. **“A merenda é muito importante tanto para mim, quanto para ele [filho] porque, se faltar em casa, na escola ele tem. Porque a gente sabe que barriga seca não sustenta ninguém e não desenvolve nos estudos. É muito importante a alimentação, não só para mim, mas para todas as mães que passam dificuldade.”** (T21, SD59)

“Neste mês faltou merenda três dias. Disseram que não tinha lanche e ia largar cedo.” Essa é a estudante Géssica\* (nome fictício), de nove anos, lembrando os últimos dias em que faltou merenda na Escola Maria Aragão. Quando perguntada sobre como se sentiu nos dias em que não teve merenda, ela respondeu: **“Fraca!”**. Talita\* de 11 anos, concorda. “Disseram que estavam aguardando a merenda chegar e estavam sem o gás. **Nesses dias não era muito bom, não, a minha cabeça começou a doer**”, comenta a estudante da escola rural do Maranhão. (T21, SD61)

No cardápio semanal [da escola], Géssica e a mãe afirmam que é servido, duas vezes por semana, “biscoito [tipo maizena] e suco de polpa”. Uma refeição comum é arroz, feijão, frango, macarrão e salada de couve. Antes de sair para escola, a garota costuma tomar café e comer cuscuz. Mas, segundo a mãe da criança, “às vezes, ela toma só café, pois não tem nada para comer”. Géssica conta que, nos dias em que sai só com o café na barriga, **“chego ruim na escola! Eu fico quieta no meu canto, espero dar 9h [hora do lanche]. Eu queria que tivesse logo comida para comer quando chegar**”. (TS21, SD64)

“No início das aulas leva de dois a três meses para chegar a merenda na escola. Neste ano, chegou só em maio, depois de muita briga na Secretaria [Municipal] de Educação. Eles falam que é falta de dinheiro. **Faltou alimentação na maioria das escolas rurais, tem criança que até passou mal por falta da merenda. Sem merenda é sofrimento, pobreza total e muita luta.**” Esse é o relato da mãe solo e agricultora Maria de Jesus Laranjeiras, 37 anos, sobre a falta de merenda nas escolas Maria Salete Moreno e Maria Aragão, localizadas na zona rural de Itapecuru Mirim, a 108 quilômetros de São Luís, no Maranhão. (T21, SD57)

Maria de Jesus vive apenas da renda do Auxílio Brasil e é a única responsável por botar comida na mesa para ela e mais cinco filhos. “Fica difícil porque, quando as meninas vão para a escola e não tem merenda, elas pedem: **‘Mamãe, eu quero dinheiro para comprar merenda’, e não tenho nem cinquenta centavos para dar**”, lamenta. (T21, SD60)

Ao falar de si, as personagens declaram ter consciência da realidade, sabem que são desfavorecidos e sabem, em certa medida, o que precisam para sair dessa realidade.

Ela afirma que, se fosse para presentear cesta básica, haveria muitos empresários e políticos dispostos “a vir aqui, tirar foto te abraçando e falando: **‘olha aqui a dona Maria passando fome, olha que desgracia dessa mulher’**, te dá um abraço e vai embora. Mas se você fala, ‘não, eu quero plantar’. ‘Menina, isso é difícil...’ Você percebe? **Aqui é um curral, eu sou um gado, uma vaquinha.**” (T4, SD16)

O jornalismo do *Joio* se faz com muitas vozes de fontes traduzidas no discurso do sujeito jornalista-instituição, que mantém uma linha editorial muito próxima da realidade de quem vivencia a dificuldade da insegurança alimentar no dia a dia. Entretanto, o faz sem esquecer das finalidades de informar de modo

qualificado, com dados e especialistas, de integrar e mobilizar as pessoas, como descrito por Reginato (2019), e de defender o cidadão, por exemplo.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A fome é um flagelo histórico na sociedade brasileira, mas, como diz a agricultora Maria Madalena Pereira, personagem do quarto texto dessa análise (T4), é um projeto. Em mais de três décadas desde a redemocratização, o Brasil falha em garantir um dos princípios fundamentais da Constituição Federal de 1988, o da dignidade humana para todos.

Como vimos no segundo capítulo deste trabalho, foram muitos os esforços que fizeram com que pudéssemos eliminar, em sua maior parte, a insegurança alimentar da realidade brasileira. Isso mostrou que era sim possível combatê-la com políticas públicas e movimentos do Estado. Apesar disso, a fome voltou, e, em um contexto agravado por uma crise sanitária mundial e um esvaziamento das responsabilidades competentes ao Estado, se tornou a realidade de mais de 30 milhões de cidadãos do país. É importante ressaltar que a fome não é apenas uma questão de falta de comida, mas está intimamente ligada a outras formas de desigualdade social, como a falta de acesso a serviços básicos, a baixa renda, a exclusão do mercado de trabalho e a discriminação.

O jornalismo, em sua essência, traz consigo finalidades que elevam o potencial da democracia e, com isso, a capacidade de tocar e mobilizar a sociedade com temas que tangem o dia a dia e os direitos de todos. Como afirma Reginato (2019), o jornalismo tem a tarefa de transformar casos individuais em pautas extensas. A característica independente do *Joio* é o que o torna capaz de abordar temas tão sensíveis, como a carência de alimentos e suas consequências no cotidiano e na saúde de quem vive a fome, sem perder de vista a postura de alteridade e do tratamento cuidadoso da pauta.

O *Joio* também tem extenso trabalho na contextualização dos acontecimentos, abordando, na produção de sentidos sobre as causas e soluções da fome, uma série de elementos como, e principalmente, as políticas públicas e o histórico delas. Esse empenho define a abordagem da fome como um projeto, como algo possível de ser revertido, apontando concretamente cada passo já tomado para agravar ou diminuir o problema da fome.

A efetividade e veracidade dessas informações se confirma se comparamos as informações dadas no discurso do *Joio* àquelas apresentadas no segundo capítulo desta pesquisa. Isso reforça a importância, para o jornalismo, dos discursos produzidos pelos campos da sociologia, da história e da política, essencialmente.

Sem a dependência editorial de grandes corporações e ainda com um modo alternativo de se fazer jornalismo, o *Joio* aproxima o leitor de como cada indivíduo sente a fome enquanto discorre sobre o problema geral da insegurança alimentar. É inédita a existência de um veículo de tamanha abrangência territorial brasileira que aposte nessa segmentação temática e com tamanha diversidade de fontes que não subordina-se a interesses de financiadores desalinhados editorialmente aos valores do jornal, sendo seus financiadores também preocupados com questões sociais ao invés de orientados pelo lucro. O jornalismo pode agir como um contraponto aos poderes instituídos, denunciando abusos e desvios, e ajudando a combater a injustiça.

No caso específico da cobertura da fome e da carência de alimentos, é preciso ter um cuidado especial na abordagem da pauta, para evitar estereótipos e preconceitos e dar voz aos grupos mais vulneráveis e marginalizados. O *Joio* expõe de maneira crua a realidade dolorosa de mães que não têm como alimentar os filhos em casa, de crianças que dependem da escola para não continuar sentindo a dor física da fome, de quem tenta, de alguma forma, diminuir a fome tomando água. Esse aspecto faz com que se estabeleça um desconforto, uma inconformidade, assim, o jornalismo pode contribuir para sensibilizar a sociedade e as autoridades sobre a gravidade do problema e apontar soluções e alternativas.

A partir desta análise concluímos que, quando se trata da cobertura de assuntos como a fome, de grande importância social, o papel do jornalismo independente e alternativo se evidencia para exaltar as vozes de quem está na ponta final da corrente de acontecimentos. Se confirma, portanto, a abordagem de Carvalho e Bronosky (2017) sobre esse tipo de jornalismo, que fala com grupos marginalizados e lideranças sociais para assegurar um espaço público plural. As práticas alternativas às convencionais se destacam com a demonstração do potencial do jornalismo de, de fato, causar mudanças.



O jornalismo alternativo também pode contribuir para a formação de uma consciência crítica na sociedade, estimulando o debate público e a reflexão sobre os temas que afetam a vida das pessoas. Por meio de uma cobertura mais aprofundada e contextualizada, o jornalismo pode ajudar a desconstruir preconceitos e estereótipos e promover a compreensão e a solidariedade em vista de temas tão difíceis.

Com as perspectivas de reconstrução de políticas públicas e diálogo com a sociedade de um novo governo federal, claramente preocupado em combater a fome, mostra-se interessante uma continuidade no acompanhamento do discurso do *Joio*. Não é de se esperar uma mudança brusca de comportamento do jornal, que deve continuar com a postura de cobrança do Estado e de defesa do cidadão. Porém, abre-se caminho para uma abordagem que se aproxima dessa reconstrução e que, talvez, possa levar a uma cobertura da transição da fome para a segurança alimentar.

## REFERÊNCIAS

20 anos do impeachment do Collor. **Portal da Câmara dos Deputados**, 2012. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/plenario/discursos/escrevendohistoria/destaque-de-materias/20-anos-do-impeachment>>. Acesso em: 15 de fevereiro de 2023.

BENETTI, Marcia. Análise de Discurso como método de pesquisa em comunicação. In: MOURA, Cláudia; LOPES, Maria (org.). **Pesquisa em comunicação: Metodologias e Práticas Acadêmicas**. Porto Alegre. EDIPUCRS; 2016.

BENETTI, Marcia. Análise do Discurso em jornalismo: estudo de vozes e sentidos. In: LAGO, Claudia e BENETTI, Marcia (org.). **Metodologia de pesquisa em jornalismo**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

BETINHO, símbolo de cidadania. **Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (IBASE)**, 2015. Disponível em: <<https://ibase.br/betinho>>. Acesso em: 15 de fevereiro de 2023.

BIOGRAFIA. **Centro Josué de Castro**, 2008. Disponível em: <<http://www.josuedecastro.org.br/jc/jc.html>>. Acesso em: 15 de fevereiro de 2023.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, 2020. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm). Acesso em: 15 mar. 2023.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação. **Escala Brasileira de Insegurança Alimentar – EBIA: análise psicométrica de uma dimensão da Segurança Alimentar e Nutricional**. Estudo Técnico. Brasília: MDS; 2014.

BRITO, Fernanda Ribeiro dos Santos Sá; BAPTISTA, Tatiana Vargas de Farias. Sentidos e usos da fome no debate político brasileiro: recorrência e atualidade. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 37, n. 10, 2021.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Projeto de Resolução 84/1991**. Brasília: Câmara dos Deputados, 1991.

CARVALHO, Guilherme; BRONOSKY, Marcelo. Jornalismo alternativo no Brasil: do impresso ao digital. **Pauta Geral: Estudos em Jornalismo**, Ponta Grossa, v. 4, n. 1, 2019.

CASTRO, Josué de. **Geografia da fome: o dilema brasileiro: pão ou aço**. 10. ed. Rio de Janeiro: Antares, 1984.

COMPANHIA Nacional de Abastecimento. **Compêndio de Estudos Conab/Agricultura Familiar Programa de Aquisição de Alimentos - PAA: Resultados das Ações da Conab em 2018**. Brasília: Conab, 2018.

DUARTE, Leticia. **Vaza Jato: os bastidores das reportagens que sacudiram o Brasil**. Rio de Janeiro: Mórula, 2020.7

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Análise de discurso: princípios e procedimentos**. Campinas: Pontes, 2001.

FERRAZ, José Maria Gusman. Agroecologia. **Portal Embrapa**, 2021. Disponível em: <<https://www.embrapa.br/agencia-de-informacao-tecnologica/tematicas/agricultura-e-meio-ambiente/politicas/agroecologia#:~:text=Agroecologia%20%C3%A9%20tida%20como%20um,da%20sustentabilidade%20numa%20perspectiva%20multidimensiona>>. Acesso em: 16 de março de 2023.

FIGARO, Roseli; BARROS, Janaina Visibeli; KINOSHITA, Jamir. As relações de comunicação e as condições de produção no trabalho de jornalistas em arranjos econômicos alternativos às corporações de mídia. **17º Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo**. Goiânia, 2019.

FOOD and Agriculture Organization of the United Nations. **Hunger and food insecurity**. Disponível em: <<https://www.fao.org/hunger/en/>>. Acesso em 05 jul. 2022.

GAVRAS, Douglas. Ao contrário do que disse Bolsonaro, pesquisas mostram aumento da fome. **Folha de S. Paulo**. São Paulo, 27 de agosto de 2022. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2022/08/ao-contrario-do-que-disse-bolsonaro-pesquisas-mostram-aumento-da-fome.shtml>>. Acesso em: 05 de fevereiro de 2023.

KOVACH, Bill; ROSENSTIEL, Tom. **Os elementos do jornalismo**. São Paulo: Geração Editorial, 2003.

LANÇADO há 20 anos, Plano Real acabou com a hiperinflação. **Portal da Câmara dos Deputados**, 2014. Disponível em: <<https://www.camara.leg.br/tv/437249-lancado-ha-20-anos-plano-real-acabou-com-a-hiperinflacao/>>. Acesso em: 15 de fevereiro de 2023.

MELO, Seane Alves. **Discursos e práticas: um estudo do jornalismo investigativo no Brasil**. Dissertação (Mestrado em Ciências da Comunicação). Universidade de São Paulo. São Paulo, 2015.

MIGUEL, Luis Felipe. O jornalismo como sistema perito. **Tempo Social**. Revista de Sociologia da USP, São Paulo, v. 11, n. 1, 1999.

MIGUEL, Luis Felipe. **O colapso da democracia no Brasil: da constituição ao golpe de 2016**. São Paulo: Expressão Popular, 2019.

MORAES, Marcela Barbosa de; PAULA, Roberta Manfron de. **Erradicar a fome: as principais políticas de combate à fome no Brasil**. XI Encontro Latino Americano de Iniciação Científica e VII Encontro Latino Americano de Pós-Graduação. Universidade do Vale do Paraíba, 2007.

NAÇÕES UNIDAS. **Rumo ao objetivo do milênio de reduzir a pobreza na América Latina e o Caribe**. Santiago do Chile, 2003.

NASCIMENTO, Solano. **Os novos escribas: O fenômeno do jornalismo sobre investigações no Brasil**. Porto Alegre: Arquipélago Editorial, 2010.

NOSSA história. **Ação da Cidadania**, 2021. Disponível em: <<https://www.acaodacidadania.org.br/nossa-historia>>. Acesso em: 15 de fevereiro de 2023.

OLIVEIRA, Dennis de. Breves reflexões sobre jornalismo alternativo. **Revista Alterjor: Jornalismo Popular e Alternativo (ECA-USP)**, São Paulo, v. 02, 2019.

PELIANO, Anna Maria T. M. **O mapa da fome: subsídios à formulação de uma política de segurança alimentar**. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 1993.

PROGRAMA das Nações Unidas Para o Desenvolvimento (PNUD). **Apresentação do PNUD**. Brasília, 2003.

PT criou "governo paralelo" para fiscalizar Collor. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 25 de novembro de 2002. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc2511200206.htm>>. Acesso em: 14 de fevereiro de 2023.

QUEM somos. **O Joio e O Trigo**, 2022. Disponível em: <<https://ojoioeotrigo.com.br/quem-somos/>>. Acesso em: 12 nov. 2022.

REDE PENSSAN. **II Vigisan: Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no contexto da pandemia da COVID-19 no Brasil**. Disponível em: <<https://olheparaafome.com.br/>>. Acesso em: 13 nov. 2022.

REGINATO, Gisele Dotto. **As finalidades do jornalismo**. Florianópolis: Insular, 2019.

SAMBUICHI, Regina Helena Rosa *et al.* **Programa de Aquisição de Alimentos e segurança alimentar: modelo lógico, resultados e desafios de uma política pública voltada ao fortalecimento da agricultura familiar**. Brasília, 2019.

SILVA, Luiz Inácio Lula da. **Discurso de Posse do Presidente da República**. Brasília, 2003.

SILVA, Mariana da Rosa; **Tensões entre o alternativo e o convencional: organização e financiamento nas novas experiências de jornalismo no Brasil**.

Dissertação (Mestrado em Jornalismo). Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2017.

SILVA, Mariana da Rosa; CHRISTOFOLETTI, Rogério. Novas experiências de jornalismo no Brasil: potências e limites para uma nova governança social. **Líbero**, São Paulo, n. 41, 2018.

Silva, Roberta Teodorico Ferreira da, et al. (2017). **Políticas Sociais no Brasil: do neoliberalismo ao governo Temer**. In Anais da Publicação VIII Jornada Internacional de Políticas Públicas. Fortaleza: UECE.

**THE State of Food Security and Nutrition in the World 2021**. Disponível em: <<https://data.unicef.org/resources/sofi-2021/>>. Acesso em: 29 mar. 2022.

TRAQUINA, Nelson. **Teorias do jornalismo. V. 2**. 3.ed. Florianópolis: Insular, 2013.

VASCONCELOS, Francisco de Assis Guedes de. **Josué de Castro e a Geografia da Fome no Brasil**. Cad. Saúde Pública: Rio de Janeiro, v. 24, n. 11, 2008.

## ANEXO A — Corpus da análise

TEXTO	DATA	EDITORIA	TÍTULO	LINHA DE APOIO	LINK
T1	07/02	CULTURA ALIMENTAR	Estudo do Unicef mostra aumento da insegurança alimentar e alto consumo de ultraprocessados entre crianças do Bolsa Família durante a pandemia	Levantamento expõe necessidade de novas pesquisas para entender se a alimentação tradicional brasileira tem perdido espaço entre crianças de baixa renda	<a href="https://ojoioeotrigo.com.br/2022/02/crianca-bolsa-familia-fome-ultraprocessado-pandemia/">https://ojoioeotrigo.com.br/2022/02/crianca-bolsa-familia-fome-ultraprocessado-pandemia/</a>
T2	15/03	CULTURA ALIMENTAR	Como a redução histórica de recursos destinados à segurança alimentar afeta a população brasileira	Programa de Aquisição de Alimentos tem recursos reduzidos em 77,3% ao longo de seis anos, ganha fôlego na pandemia, mas tem execução inexpressiva em 2021. E programa de acesso à água fica sem operação em 2021	<a href="https://ojoioeotrigo.com.br/2022/03/como-a-reducao-historica-de-recursos-destinados-a-seguranca-alimentar-afeta-a-populacao-brasileira/">https://ojoioeotrigo.com.br/2022/03/como-a-reducao-historica-de-recursos-destinados-a-seguranca-alimentar-afeta-a-populacao-brasileira/</a>
T3	13/04	AMBIENTE E AGRONEGÓCIO	Mar de soja invade ilhas de produção de alimentos no Mato Grosso	Grão avança sobre áreas de reserva legal e sobre assentamentos de reforma agrária. Inseguros, agricultores ameaçados de despejo freiam cultivo de feijão, mandioca, legumes e verduras	<a href="https://ojoioeotrigo.com.br/2022/04/mar-de-soja-invade-ilhas-de-producao-de-alimentos-no-mato-grosso/">https://ojoioeotrigo.com.br/2022/04/mar-de-soja-invade-ilhas-de-producao-de-alimentos-no-mato-grosso/</a>
T4	20/04	AMBIENTE E AGRONEGÓCIO	Opulência, segregação social e fome nas capitais do agronegócio	No Mato Grosso, discurso oficial e PIB per capita elevado contrastam com crianças fora da escola e favelas empurradas para as bordas, sem acesso a transporte público e saúde	<a href="https://ojoioeotrigo.com.br/2022/04/opulencia-segregacao-social-e-fome-nas-capitais-do-agronegocio/">https://ojoioeotrigo.com.br/2022/04/opulencia-segregacao-social-e-fome-nas-capitais-do-agronegocio/</a>

TEXTO	DATA	EDITORIA	TÍTULO	LINHA DE APOIO	LINK
T5	17/05	AMBIENTE E AGRONEGÓCIO	No sertão, a fome não vem da seca	Desmatamento e desmonte de políticas públicas remontam a um passado de escassez no semiárido nordestino, onde insegurança alimentar, queimadas e desertificação avançam a níveis recordes	<a href="https://ojoioeo.trigo.com.br/2022/05/no-sertao-a-fome-nao-vem-da-seca/">https://ojoioeo.trigo.com.br/2022/05/no-sertao-a-fome-nao-vem-da-seca/</a>
T6	30/05	AMBIENTE E AGRONEGÓCIO	“Temos que voltar a discutir reforma agrária no Brasil”, diz ex-ministra do Desenvolvimento Social	Para Tereza Campello, o país precisa aumentar a produção de alimentos saudáveis, e para isso, precisa democratizar a terra	<a href="https://ojoioeo.trigo.com.br/2022/05/temos-que-voltar-a-discutir-reforma-agraria-no-brasil-diz-ex-ministra-do-desenvolvimento-social/">https://ojoioeo.trigo.com.br/2022/05/temos-que-voltar-a-discutir-reforma-agraria-no-brasil-diz-ex-ministra-do-desenvolvimento-social/</a>
T7	08/06	CULTURA ALIMENTAR	33 milhões passam fome no Brasil, diz pesquisa	Inquérito publicado nesta quarta-feira mostra aumento de 70% no número de pessoas em insegurança alimentar grave desde 2020	<a href="https://ojoioeo.trigo.com.br/2022/06/33-milhoes-passam-fome-no-brasil-diz-pesquisa/">https://ojoioeo.trigo.com.br/2022/06/33-milhoes-passam-fome-no-brasil-diz-pesquisa/</a>
T8	08/06	CULTURA ALIMENTAR	Fome atinge 22% dos produtores rurais e agricultores familiares	Inquérito Vigisan, publicado nesta quarta-feira, mostra que a fome é maior nas zonas rurais e entre produtores de alimentos	<a href="https://ojoioeo.trigo.com.br/2022/06/fome-atinge-22-dos-produtores-rurais-e-agricultores-familiares/">https://ojoioeo.trigo.com.br/2022/06/fome-atinge-22-dos-produtores-rurais-e-agricultores-familiares/</a>
T9	21/06	CULTURA ALIMENTAR	Pular refeição, dormir sem comer e cozinhar com lenha: Como é viver com fome	Moradoras de ocupação na Grande São Paulo fazem parte dos 33 milhões que passam fome no Brasil	<a href="https://ojoioeo.trigo.com.br/2022/06/pular-refeicao-dormir-sem-comer-e-cozinhar-com-lenha-como-e-viver-com-fome/">https://ojoioeo.trigo.com.br/2022/06/pular-refeicao-dormir-sem-comer-e-cozinhar-com-lenha-como-e-viver-com-fome/</a>

TEXTO	DATA	EDITORIA	TÍTULO	LINHA DE APOIO	LINK
T10	13/07	CULTURA ALIMENTAR	"O Brasil precisaria de uma CPI da Fome", diz pesquisadora	Daniela Frozi ressalta que os impactos socioeconômicos da pandemia foram mais graves no Brasil do que em outros países do G20	<a href="https://ojoioeo.trigo.com.br/2022/07/o-brasil-precisaria-de-uma-cpi-da-fome-diz-pesquisadora-da-fiocruz/">https://ojoioeo.trigo.com.br/2022/07/o-brasil-precisaria-de-uma-cpi-da-fome-diz-pesquisadora-da-fiocruz/</a>
T11	26/07	AMBIENTE E AGRONEGÓCIO	Desmorte de políticas públicas impede avanços da agricultura familiar em Mato Grosso	Enquanto leis são descumpridas, estado do agronegócio mantém fechada há três anos uma central que seria fundamental para a comercialização de alimentos frescos	<a href="https://ojoioeo.trigo.com.br/2022/07/desmorte-de-politicas-publicas-impede-avancos-da-agricultura-familiar-em-mato-grosso/">https://ojoioeo.trigo.com.br/2022/07/desmorte-de-politicas-publicas-impede-avancos-da-agricultura-familiar-em-mato-grosso/</a>
T12	22/08	TIRA-GOSTO	Por que fome e insegurança alimentar são coisas diferentes		<a href="https://ojoioeo.trigo.com.br/2022/08/tira-gosto-fome-e-inseguranca-alimentar/">https://ojoioeo.trigo.com.br/2022/08/tira-gosto-fome-e-inseguranca-alimentar/</a>
T13	07/09	CULTURA ALIMENTAR	Renda básica, estoques reguladores, apoio à agricultura familiar: veja o que os presidentes propõem sobre alimentação, agricultura e fome	Campanhas de Ciro, Simone Tebet e Lula prometem centralidade no combate à insegurança alimentar; Bolsonaro cita palavra "fome" apenas uma vez no programa de governo	<a href="https://ojoioeo.trigo.com.br/2022/09/propostas-candidatos-presidencia-fome-agricultura-meio-ambiente/">https://ojoioeo.trigo.com.br/2022/09/propostas-candidatos-presidencia-fome-agricultura-meio-ambiente/</a>
T14	21/09	TIRA-GOSTO	Tudo o que sabemos sobre as relações entre agronegócio e fome		<a href="https://ojoioeo.trigo.com.br/2022/09/tudo-o-que-sabemos-sobre-as-relacoes-entre-agronegocio-e-fome/">https://ojoioeo.trigo.com.br/2022/09/tudo-o-que-sabemos-sobre-as-relacoes-entre-agronegocio-e-fome/</a>



TEXTO	DATA	EDITORIA	TÍTULO	LINHA DE APOIO	LINK
T15	04/10	AMBIENTE E AGRONEGÓCIO	Conheça os estados que mais elegeram parlamentares com compromisso ambiental e combate à fome	São Paulo, Bahia, Minas Gerais e Rio Grande do Sul elegeram maior número de representantes; Número de defensores da pauta diminuiu no Congresso Nacional em relação a 2018	<a href="https://ojoioeotrigo.com.br/2022/10/conheca-os-estados-que-mais-elegeram-parlamentares-com-compromisso-ambiental-e-combate-a-fome/">https://ojoioeotrigo.com.br/2022/10/conheca-os-estados-que-mais-elegeram-parlamentares-com-compromisso-ambiental-e-combate-a-fome/</a>
T16	13/10	LOBBY	Com presidente representante da indústria, conselho de combate à fome vive estagnação	Consea-SP não convocou conferência para atualizar a política de segurança alimentar e nutricional no estado	<a href="https://ojoioeotrigo.com.br/2022/10/com-presidente-representante-da-industria-conselho-de-combate-a-fome-vive-estagnacao/">https://ojoioeotrigo.com.br/2022/10/com-presidente-representante-da-industria-conselho-de-combate-a-fome-vive-estagnacao/</a>
T17	20/10	CULTURA ALIMENTAR	Dos 10 estados onde mais se passa fome, 9 votam em Lula	Primeiro turno das eleições mostraram país dividido pelo agro e pela fome	<a href="https://ojoioeotrigo.com.br/2022/10/lula-ganha-estados-fome/">https://ojoioeotrigo.com.br/2022/10/lula-ganha-estados-fome/</a>
T18	24/10	CULTURA ALIMENTAR	Entenda por que a fome aumentou no governo Bolsonaro	Listamos oito fatores que levaram ao cenário que vemos nas esquinas, nos semáforos e nos noticiários. A fome está mais presente do que nunca, e a responsabilidade sobre ela precisa ser endereçada	<a href="https://ojoioeotrigo.com.br/2022/10/entenda-por-que-a-fome-aumentou-no-governo-bolsonaro/">https://ojoioeotrigo.com.br/2022/10/entenda-por-que-a-fome-aumentou-no-governo-bolsonaro/</a>
T19	27/10	CULTURA ALIMENTAR	Cercados pelo agronegócio, agricultores familiares e indígenas sofrem com insegurança alimentar no Cerrado	Comunidades tradicionais são impedidas de produzir alimentos devido ao avanço das monoculturas, que trazem desmatamento, agrotóxicos e esgotam os recursos hídricos	<a href="https://ojoioeotrigo.com.br/2022/10/cercados-pelo-agronegocio-agricultores-familiares-e-indigenas-sofrem-com-inseguranca-alimentar-no-cerrado/">https://ojoioeotrigo.com.br/2022/10/cercados-pelo-agronegocio-agricultores-familiares-e-indigenas-sofrem-com-inseguranca-alimentar-no-cerrado/</a>

TEXTO	DATA	EDITORIA	TÍTULO	LINHA DE APOIO	LINK
T20	08/11	CULTURA ALIMENTAR	Fome: quais caminhos o governo Lula precisa adotar em 2023?	Experiências do passado serão usadas para remar tudo de novo. Mas a estrutura agrária e econômica do país mudou profundamente desde 2003. Movimentos e pesquisadores sugerem novas políticas	<a href="https://ojoioeo.trigo.com.br/2022/11/lula-fome/">https://ojoioeo.trigo.com.br/2022/11/lula-fome/</a>
T21	17/11	CULTURA ALIMENTAR	Recursos da alimentação escolar parados em conta, enquanto mães solo quilombolas e rurais do Nordeste vivem insegurança alimentar	Em cidades do Maranhão e de Alagoas, estados com índices graves de fome, chega a faltar comida nas escolas. Biscoito e suco são mais comuns do que frutas e verduras. E nossas repórteres encontram milhares de reais parados nas contas das prefeituras	<a href="https://ojoioeo.trigo.com.br/2022/11/alimentacao-escolar-fome-nordeste/">https://ojoioeo.trigo.com.br/2022/11/alimentacao-escolar-fome-nordeste/</a>